

RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO
ÁREA INDÍGENA URUBU BRANCO

Estabelecido segundo portaria de no. 1013 de 11.10.93
da Presidencia da Fundação Nacional do Indio- FUNAI
Ministério da Justiça
(publicado no Diário Oficial da União de 19.10.93)

GRUPO INDÍGENA: TAPIRAPÉ

Municípios de Santa Teresinha, Confresa e Porto Alegre do
Norte- Estado do Mato Grosso

Brasília DF Março de 1994

GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO

(Estabelecido segundo portarias de nos. 1013 de 11.10.93 e
1199 de 25.11.93 da Presidencia da FUNAI/ MJ)

COMPONENTES:

Coordenador: André Amaral de Toral

Engenheiro Agrônomo: Reginaldo Honorato de Amorim
Administrador PQARA/ FUNAI

Técnico em Agropecuária: Jovan Benedito da Silva- INTERMAT

Técnico Agrícola: Edjorge dos Santos- INCRA/ MT

Técnico em Agrimensura: Antônio Vitorino Gonçalves
ADR Cuiabá/ FUNAI

* * *

Relatório de Identificação e Delimitação da A.I. Urubu Branco

Sumário	pág.
1. Introdução	
1.1. Número e data da portaria constituinte do Grupo Técnico.....	07
1.2. Identificação do grupo indígena e da Área Indígena.....	07
1.3. Aldeias, população indígena, postos indígenas e atuação da Funai.....	07
1.4. Localização geográfica da área: município, estado e vias de acesso.....	08
1.5. Menção às dificuldades encontradas na realização do trabalho.....	08
1.6. Normas e conceitos empregados para a elaboração desse relatório de identificação e delimitação da A.I. Urubu Branco.....	09
2. Histórico	
2.1. Presença indígena na região a partir de fontes bibliográficas e documentais.....	12
2.1.1. Território Tapirapé de 1900 a 1930.....	13
2.1.2. Território Tapirapé de 1940 a 1993.....	14
2.1.3. A formação de Tawyao, a aldeia nova, e a A.I. Urubu Branco.....	16
2.1.4. Os grupos de Xoatawa e Xexotawa e a A.I. Urubu Branco.....	18
2.1.5. A Área do Urubu Branco e a demarcação da A.I. Tapirapé/ Karajá.....	20
2.1.6. Terras tradicionais Tapirapé e as demarcações feitas pela Funai.....	24

2.1.7. Origem dos Tapirapé.....	25
2.1.7.1. Deslocamentos territoriais Tapirapé dos sécs. XVI ao XIX.....	25
2.1.7.2. Deslocamentos territoriais Tapirapé dos sécs. XIX ao XX.....	26
2.2. Histórico da área indígena, reconstituído através de memória tribal.....	27
2.3. História da ocupação "branca" da região do Urubu Branco e situação atual.....	31
2.3.1. A primeira fase da ocupação "branca" da região do Urubu Branco: 1940- 1955.....	31
2.3.2. A segunda fase da ocupação "branca" da região do Urubu Branco: 1955- 1993.....	33
2.3.3. A reação dos Tapirapé à ocupação do território do Urubu Branco: histórico dos conflitos.....	37
2.4. Sítios arqueológicos e outros indícios da antiguidade da presença indígena.....	43
3. Ocupação e utilização da área pelo grupo indígena	
3.1. Demografia e saúde: população e aldeias Tapirapé.....	45
3.1.1. Evolução da população Tapirapé entre 1900 e 1994.....	46
3.1.2. Saúde.....	49
3.2. Caracterização da economia Tapirapé e a A.I. Urubu Branco.....	50
3.3. Intercâmbio sócio-econômico com a sociedade envolvente.....	55
3.4. Intercâmbio sócio-econômico com outros grupos indígenas da região.....	57
3.5. A área do Urubu Branco e a continuidade da cultura Tapirapé: distribuição espacial e organização social.....	60
3.6. O significado histórico e religioso da A.I. Urubu Branco.....	64
3.6.1. A história Tapirapé e a A. Urubu Branco.....	65
3.6.2. A religião Tapirapé e a A.I. Urubu Branco.....	68

3.7. Condições atuais do meio ambiente e fatores de equilíbrio e preservação.....	70
4. Proposta de delimitação de Área Indígena	
4.1. A área tradicional dos Tapirapé: a definição da A.I. Urubu Branco sob o ponto de vista econômico e cultural.....	73
4.1.1. Pesca.....	75
4.1.2. Coleta.....	75
4.1.3. Agricultura.....	77
4.1.4. Caça.....	77
4.2.1. Participação dos Tapirapé no processo de eleição dos limites propostos e sobre as condições em que foram feitas os trabalhos de identificação de área.....	77
4.2.2. Reuniões com particulares com propriedades atingidas pela A.I. Urubu Branco.....	79
4.3. Limites naturais e acidentes geográficos característicos.....	82
4.4. A A.I. Urubu Branco: considerações finais.....	82

5. Situação fundiária

- 5.1. Relação de ocupantes não- índios dentro da área indígena eleita**
- 5.2. Atividades desenvolvidas pelos não- índios e tempo de ocupação na área**
- 5.3. Menção à existencia de projetos governamentais incidentes na área indígena eleita, ou em suas proximidades**

6. Anexos ao relatório final

- 6.1. Portaria de constituição do Grupo Técnico**
- 6.2. Bibliografia e documentação consultadas**
- 6.3. Mapa de identificação**
- 6.4. Memorial descritivo da área eleita**
- 6.5. Levantamento fundiário e cartorial**
- 6.6. Transcrição de depoimentos, entrevistas, fotos etc**

Relatório de Identificação e Delimitação da A.I. Urubu Branco

1. Introdução

1.1. Número e data da portaria constituinte do Grupo Técnico

As portarias de número 1013/93 de 11/10/93 e 1199 de 25/11/93 da Presidência da Fundação Nacional do Índio criaram um Grupo de Trabalho Técnico, coordenado pelo Antropólogo André Amaral de Toral, com o objetivo de realizar o levantamento fundiário e os estudos de identificação e delimitação da Área Indígena Urubu Branco. Destinada ao grupo indígena Tapirapé, essa Área Indígena localiza-se no nordeste do Estado do Mato Grosso, nos municípios de Santa Teresinha, Confresa e Porto Alegre do Norte.

1.2. Identificação do grupo indígena e da Área Indígena

A população Tapirapé, cerca de 363 pessoas em dezembro de 1993, encontra-se atualmente vivendo nas aldeias de Tawyao e em Tapi'itawa. A primeira aldeia localiza-se no interior da Área Indígena Tapirapé/ Karajá, às margens do rio Araguaia, aproximadamente a 81 km a leste (em linha reta) da segunda, localizada no interior da Área Indígena Urubu Branco, que é objeto desse relatório.

1.3. Aldeias, população indígena, postos indígenas e atuação da FUNAI

A maioria da população Tapirapé vive na aldeia Tawyao, assistida por um Posto Indígena que leva o mesmo nome da Área Indígena Tapirapé/ Karajá e que cuida também da população de Itxala, uma aldeia Karajá vizinha. Cerca de sessenta pessoas encontram-se vivendo atualmente na aldeia de Tapi'itawa, no interior da Área Indígena Urubu Branco. A FUNAI, através da Administração Regional do Parque Indígena do Araguaia, acompanha essas famílias, prestando-lhes assistência médica e esclarecimentos sobre o processo de regularização fundiária. Até o início de fevereiro de 1994 um funcionário do órgão visitava Tapi'iatwa regularmente e houve a instalação de um rádio transmissor e receptor, com o objetivo de garantir sua integridade física num contexto francamente hostil, originado por pressões por parte de pessoas e interesses regionais. Em fevereiro de 1994, devido às ameaças recebidas pelos ocupantes da Área Indígena Urubu Branco e às pressões movidas por fazendeiros e Companhias com terras incidentes nessa proposta de Área Indígena, o referido funcionário da Funai retirou-se da região. Através

da Administração Regional do Parque Indígena do Araguaia, a Funai continua acompanhando o desenrolar da situação, sem ter, no entanto, nenhuma condição de intervenção ou de garantir a integridade física dos Tapirapé conforme suas atribuições constitucionais.

1.4. Localização geográfica da área: município, estado e vias de acesso

O acesso à área faz-se, a partir de Cuiabá, pela rodovia federal BR-158. No entroncamento da destilaria Gameleira, a aproximadamente 10 km de Confresa, toma-se a estrada estadual MT-413 que atravessa a Área Indígena. A partir das margens do Araguaia e da A.I. Tapirapé/ Karajá segue-se para Santa Teresinha e daí diretamente pela MT-413 ou através de estradas vicinais, atingindo-se a Área através da BR-158. As estradas regionais, sejam federais ou estaduais, são todas de terra ou cascalhadas e tem condições de tráfego sofríveis na época das chuvas, de novembro a março aproximadamente. Pode-se atingir Confresa também através de linhas aéreas comerciais regulares que fazem vôos semanais. Confresa dista aproximadamente 20 km de Tapi'itawa.

1.5. Menção às dificuldades encontradas na realização do trabalho

As principais dificuldades encontradas para a realização do presente relatório dizem respeito quase que exclusivamente à resistência e negativa de alguns proprietários da parte norte da proposta A.I. Urubu Branco em prestarem informações para sua elaboração, bem como suas tentativas de intimidar os membros do GT.

A atitude dos particulares com áreas incidentes na Área Indígena proposta com relação aos trabalhos do Grupo Técnico da FUNAI variou enormemente.

Durante os trabalhos de campo o prefeito de Confresa, sr. Gaspar Domingos Lazzari, os grandes proprietários e grupos empresariais da parte sul da A.I. Urubu Branco colaboraram, *grosso modo*, com o GT da FUNAI. Infelizmente, essa atitude correta, posteriormente, foi revista. Numa carta de 07.02.94, e endereçada ao Exmo. sr. Secretario de Assuntos Estratégicos de Presidência da República, a coordenação da comissão dos particulares atingidos pela A.I. Urubu Branco denuncia que os "membros da comissão (da FUNAI) e os índios que os acompanhavam invadiram fazendas, roubaram utensílios e objetos, e se instalaram na Fazenda Agroselva". Obviamente nada disso ocorreu. Esse relato é uma recriação fantástica, feita a partir do interesse óbvio de tentar desacreditar o GT, a respeito da condução dos trabalhos de campo e da atitude do GT e dos Tapirapé em relação aos particulares

atingidos. A forma de proceder do GT e dos Tapirapé pode ser visto no item 4.2.1. e 4.2.2.

Já os pequenos proprietários da sua parte norte escolheram, sem maiores delongas, o caminho da intimidação. O coordenador, o engenheiro agrônomo e lideranças Tapirapé foram ameaçados de morte e o levantamento das benfeitorias de alguns dos proprietários da região de serras não pode ser feito por uma advertência explícita desses particulares, que "aconselharam" os membros do GT a manterem-se longe do local. Posteriormente esses mesmos proprietários, liderados por Ronaldo Rezende Jordão, que ameaçou de morte ao coordenador e o engenheiro agrônomo do GT da FUNAI, e membros da família Vilela, que dispararam tiros de revólver em frente ao local de uma reunião dos Tapirapé com os proprietários, declararam aos Tapirapé que os trabalhos do GT não seriam válidos devido à não conclusão do levantamento de benfeitorias (que eles mesmos trataram de impedir). Uma descrição pormenorizada das formas de intimidação utilizadas pelos particulares atingidos pode ser vista no item 2.3.3. e 4.2.2.

Se cabe alguma contestação ao presente relatório acreditamos que deva ser feita e através dos canais oficiais competentes e não através de ameaças de morte e de outras formas de intimidação.

Outro fator que dificultou os trabalhos do GT foi a indefectível falta de verba do serviço público federal para a execução dos trabalhos. Muitos dos Tapirapé que acompanharam o GT e o próprio coordenador chegaram ao local graças aos esforços do grupo indígena que custeou, com os modestos recursos da Caderneta de Poupança da comunidade, esses deslocamentos.

A morosidade do INCRA e de Cartórios de Registros de Imóveis de S. Félix e Barra do Garças em prestarem as informações solicitadas também atrasou em muito a conclusão dos trabalhos.

1.6. Normas e conceitos empregados para a elaboração desse relatório de identificação e delimitação da A.I. Urubu Branco

As Normas que dispõem sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas foram estabelecidas pelo Decreto do Presidente da República de no. 22 de 04/02/91 (publicado no D.O.U. no. 25 de 05/02/91). Foram implementadas pela Portaria da FUNAI de no. 239/91 de 20/03/91 e pelas Ordens de Serviço SUAF/FUNAI nos. 003, 004, 005 e 006 de 06/05/91. Estas últimas Ordens de Serviço aprovaram as Normas constantes do Manual de Identificação de Terras Indígenas, o Manual Técnico-Cartográfico para os

trabalhos de identificação de Terras Indígenas, as Normas de Levantamento Fundiário em Terras Indígenas, o Modelo de Formulário de Laudo de Vistoria e Avaliação de Benfeitorias e as Normas para Demarcação de Terras Indígenas.

Todas essas Normas sobre o Processo Administrativo de Demarcação de Terras Indígenas foram publicadas numa Separata do Boletim de Serviço no. 09, ano IV, edição de 04/02 a 06/05 de 1991. Os atos nele publicados tem validade jurídica na forma do disposto no Decreto no. 96.496 de 12//08/88, ressalvados aqueles de publicação obrigatória no Diário Oficial da União e deverão ser registrados e cumpridos independentemente de qualquer comunicação ou expediente complementar.

Isso significa que todas as informações e esclarecimentos aqui apresentados foram coletados e normatizados segundo critérios pré-estabelecidos e seguem uma solução de edição e um modelo de apresentação oficiais.

Antes de prosseguirmos, duas palavras sobre alguns dos conceitos e categorias aqui empregados.

Para precisar aquilo que se considera como **terra indígena** utilizo o conceito descrito na Constituição de 1988, artigo 231, parágrafo primeiro: "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias para sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Compõem o conceito, portanto, quatro elementos que se integram e se somam: (a) as terras habitadas em caráter permanente; (b) as utilizadas em atividades produtivas; (c) as imprescindíveis à preservação ambiental; (d) as necessárias à reprodução física e cultural da comunidade.

Portanto, o reconhecimento constitucional àquilo que se considera como **terra indígena** obedece a essas quatro condições, todas necessárias e nenhuma suficiente sozinha. A interação das condições acima citadas define aquilo que se poderia descrever como terra **tradicional** indígena na medida que, explorada segundo seus usos e costumes, forma um todo, necessário à reprodução física e cultural dos grupos indígenas.

O caráter "tradicional" da definição de terras indígenas, conseqüentemente, abrange o modo tradicional ("segundo seus usos, costumes e tradições") dos grupos indígenas viverem numa terra específica, caracterizando aquilo que poderia ser descrito como seu *habitat*. Essa terra, inalienável e

indisponível, lhe é destinada, para sempre e como garantia de seu futuro.

As terras indígenas, pelo que dispõe a Constituição Federal, não dependem do reconhecimento do Poder Público para serem consideradas como tais, inalienáveis e indisponíveis. O ato que as reconhece nada mais faz que dar uma declaração do caráter indígena, para conhecimento de todos, sem outra consequência jurídica que ilidir presunção de boa-fé em eventuais agressões àquelas terras por particulares. Da mesma forma, qualquer proposta de regulamentação do processo de demarcação de terras indígenas tem que levar em conta as premissas acima expostas, de tal forma que exclua a possibilidade do Poder Público utilizar, para definir o que são terras indígenas, outros critérios que não os expressos na norma constitucional (Souza Filho: 1990, 11).

2. Histórico

2.1. Presença indígena na região a partir de fontes bibliográficas e documentais

Antes de iniciarmos este ítem vale a pena fazer uma observação a respeito da qualidade dos registros bibliográficos existentes sobre os Tapirapé.

Boa parte dos autores que estudaram o grupo estão entre os mais respeitados da Antropologia e da Etnologia indígena brasileira, sendo mesmo considerados como parte do grupo de seus formadores históricos.

Dois deles merecem destaque por terem produzido monografias específicas sobre os Tapirapé: Herbert Baldus e Charles Wagley. Baldus (1970), reconhecido por seu grande domínio de fontes documentais e bibliográficas, analisou detalhadamente a história e deslocamentos territoriais dos Tapirapé desde o século XVI até metade do século XX. Wagley (1988) cobre da década de 40 até os anos 70. Em suas monografias ambos os autores analisam detalhadamente a história, territorialidade e organização social desse grupo indígena.

Outros autores dedicaram-lhes estudos específicos tais como Cardoso de Oliveira (1959), Galvão e Wagley (1948), Schapiro (1968). Estudos linguísticos (Leite 1977 e Almeida 1983 para citarmos os mais conhecidos) e dados sobre a localização histórica do grupo (Donahue 1878/80, Maia 1990 e Toral 1992) continuam a ser produzidos contemporaneamente.

A quantidade e qualidade dos dados existentes sobre os Tapirapé não deixa qualquer sombra de dúvida: estamos diante de um dos mais estudados grupos indígenas brasileiros. Os dados que nos interessam especificamente, tais como história e território aparecem de forma abundante em diversos autores. Aparecem particularmente nos dois principais autores, Wagley e Baldus, corroborando-se mutuamente.

Para o fim desse estudo interessa-nos sintetizar alguns pontos salientados por estes autores.

2.1.1. Território Tapirapé de 1900 ao final da década de 30

O território dos Tapirapé, em 1900 e pouco antes dessa data, era compreendido pela margem esquerda do rio Araguaia e para o norte e imediações do rio Tapirapé, até pouco acima da atual divisa dos Estados de Mato Grosso com o Pará. Eram aproximadamente 1.500 pessoas vivendo em cinco aldeias, todas localizadas próximas a tributários da margem esquerda do Araguaia. Os nomes dessas aldeias eram (do norte para o sul): Anapatawa, Xexotawa (grafado "Chichutawa"), Moo'ytawa ("Moutawa"), Makotawa ("Mankutawa") e Tapi'itawa ("Tampiitawa") (Wagley: 1988, 49).

Os Tapirapé, principalmente os de suas aldeias setentrionais, eram seguidamente atacados por grupos Kaiapó; à leste, procuravam manter-se longe do curso principal do Araguaia, por temor a certas aldeias Karajá. Ainda assim o etnógrafo alemão Krause, em 1908, aponta intenso contato entre grupos Tapirapé e Karajá da aldeia do capitão João e da barra do Tapirapé. Informa também que esses contatos intermitentes oscilavam entre a cordialidade e hostilidade (Krause 1940-44, vol.70, 137-140 e Wagley: 1988, 52-53).

A partir do início do nosso século os Tapirapé passaram a sofrer ataques Kaiapó cada vez mais frequentes, o que forçou o abandono de suas aldeias setentrionais, no sul do Pará e norte de Mato Grosso, próximas ao *hinterland* da atual Conceição do Araguaia e Vila Rica, e a se concentrarem naquelas localizadas nas proximidades de serras, matas e campos do médio curso do rio Tapirapé, já em terras matogrossenses. Os atuais membros desse grupo designam o local dessas aldeias habitadas desde o início do século até suas primeiras três décadas como Yrywo'ywawa, "local onde o Urubu Branco bebe" ou, como é conhecida regionalmente, "serra do Urubu Branco". Este território compreende matas de terras altas, num relevo composto de serras e terrenos planos. A serra do Urubu branco localiza-se à direita da "serra do Tapirapé" e, junto com esta última, compõem um avanço da serra do Roncador em direção ao Araguaia. A partir dessas aldeias com grandes roças localizadas nos contrafortes de serras, atingiam também uma grande extensão de campos marginais a rios tributários do Araguaia, especialmente durante a época do verão, em longas expedições de caça e coleta.

O limite dessas terras habitadas de 1900 a 1930 pode ser descrito da seguinte maneira: ao norte, imediações do rio Beleza; ao sul o rio Tapirapé; a oeste as imediações do rio Gameleira; à leste as proximidades do rio Araguaia. Esse quadrilátero inclinado abrange as matas de terras altas e os campos, marginais ao Araguaia, utilizados por este grupo indígena no período mencionado.

Ao norte estava a aldeia de Xexotawa, uma das mais setentrionais e a única a permanecer habitada até o final do período. A oeste e ao sul o limite de seu território era marcado pela área de ocupação das aldeias de Tapi'itawa, Tokynookwatawa e Xoatawa.

A partir do final da década de 30 o território efetivamente ocupado pelo grupo diminui de forma drástica, em função de uma excepcional perda de população por fatores que veremos adiante.

2.1.2. Território Tapirapé de 1940 a 1993

O território do grupo do final da década de 30 até 1993 é em grande parte representado pela zona de ocupação de quatro aldeias: Xoatawa, Tapi'itawa, Xexotawa e Tawyao, esta última na barra do rio Tapirapé.

Desde 1910 até 1947 os habitantes de Tapi'itawa, a maior aldeia do grupo receberam visitas contínuas de funcionários do S.P.I., prospectores de látex, missionários dominicanos vindos de Conceição do Araguaia, protestantes, antropólogos e visitantes nacionais e estrangeiros. Essa aldeia, onde a população Tapirapé se refugiou no período de intensa depopulação, poderia ser descrita como uma das antigas e ao mesmo tempo a "porta de entrada" do território da tribo.

Os visitantes atingiam o território dos Tapirapé durante o verão, subindo o rio que leva o nome do grupo até um local denominado Porto S. João ou como Tyha. De lá chamavam os habitantes de Tapi'itawa, que se encontravam espalhados pelo cerrado, em expedições de pesca e coleta, ou caminhavam diretamente para o local da aldeia, a aproximadamente 30km dali. Tapi'itawa se localiza num local de grande beleza: abaixo e a frente de um cume da serra do Urubu Branco. Os Tapirapé contemporâneos utilizam o mesmo caminho para atingirem o local de Tapi'itawa vindo de canoa a partir do rio Tapirapé. Deixam as Canoas em lagos nas proximidades de Tyha, atualmente próximo à sede abandonada da fazenda Codebra, e caminham até a serra através de Tapi'itawa.

O local da aldeia de Tapi'itawa e ao mesmo ^{tempo} seu cemitério, dado o costume Tupi de enterrar seus mortos sob a rede em que dormia, encontrava-se em dezembro de 1993 ocupado pelo retiro Urubu Branco, pertencente a Lucrân, uma Administradora de Bens e Negócios paulista de propriedade do empresário José Augusto Medeiros.

A continuidade dos ataques Kaiapó, e Karajá em menor escala, e principalmente o violento aparecimento de malária, gripe e simples resfriados fez sua população despencar para menos de cem pessoas no final da década de 40 (Baldus 1970, 81). Com a diminuição da população os remanescentes passam a se

concentrar na aldeia de Tapi'itawa, procurando contato com a população regional e distância dos pontos setentrionais de seu território, permanentemente atacados por grupos Kaiapó.

Em 1946, não obstante, a nortista aldeia de Xexotawa é novamente ocupada por um grupo de moradores liderados por Kamaira, importante líder familiar, registrado por Wagley (1988, 10). Cerca de duas dezenas de pessoas acompanham Kamaira. Esse grupo optou por viver numa aldeia que não estivesse tão sujeita a contatos com estrangeiros e às doenças trazidas por estes últimos.

Em 1947 Tapi'itawa sofreu um grande ataque, praticado pelos Kaiapó Metyktire. A aldeia foi saqueada e a maior parte de suas casas, inclusive a casa dos homens, queimadas. Três mulheres foram mortas e duas e um menino raptados. A violência do ataque fez com que a população Tapirapé de Tapi'itawa se dispersasse por núcleos regionais. Parte do grupo procurou refúgio junto à fazenda São Pedro, de propriedade de Lucio da Luz, criador de gado do município de Luciara (MT). Outra parte do grupo refugiou-se na nascente povoação de Porto Velho, localizada no médio curso do rio Tapirapé. Finalmente, uma última parcela do grupo procurou refúgio junto ao Posto Indígena Heloísa Alberto Torres (atualmente denominado P.I. Tapirapé/ Karajá), do Serviço de Proteção aos Índios, junto à barra do rio Tapirapé.

A população de Xexotawa, entretantes, também sofreu um grande ataque Kaiapó. A data não pode ser precisada porque o grupo se encontrava sem contato com a população nacional. O ataque noturno dos Kaiapó fez com que sua população se dispersasse e se dividisse em dois grupos, isolados um do outro, e cujos membros ignoravam o destino dos demais, julgando-os perdidos ou mortos.

Um grupo dirigiu-se para o sul, reocupando o local da aldeia de Xoatawa, nas proximidades do alto curso do rio Gameleira. Este era o grupo liderado por Kamaira e que compreendia basicamente seu grupo doméstico.

Os demais permaneceram nas proximidades da aldeia de Xexotawa, localizada nas proximidades do alto curso do rio Crisóstomo. Este último grupo se dirigiu progressivamente para leste, para a região do Araguaia. Eram seis pessoas. Com a morte do marido de Myta'i, atacado por uma onça, o grupo se reduziu ainda mais. Restavam agora a mulher Awaxirawi, sua filha Taxowoo, Myta'i e seu filho Awaeteo e mais uma mulher.

Tanto o grupo de Xexotawa, como o de Xoatawa permaneceram rigorosamente isolados no meio da mata. Perderam contato com os demais Tapirapé, com a população nacional e com outros grupos indígenas por várias décadas até serem reunidos com os demais Tapirapé como veremos adiante. Esses habitantes

dessas duas aldeias permaneceram vivendo nas proximidades da região que atualmente se designa como "serra do Urubu Branco".

2.1.3. A formação de Tawyao, a aldeia nova, e a A.I. Urubu Branco.

Em 1950, o responsável pelo Posto, Valentim Gomes, "com a ajuda dos missionários Dominicanos, *persuadiu* (sic!) as dispersas famílias Tapirapé (isto é, as originárias de Tapi'itawa- A.A.T.) a se reunirem e formarem uma aldeia perto do posto do S.P.I." (Wagley 1988, 64).

Permaneceram na área do Urubu Branco os habitantes da aldeia Xoatawa, nas cabeceiras do córrego Gameleira e, ao norte da área, o grupo que ficou na região de Xexotawa.

A reunião dos Tapirapé junto ao posto na barra do rio de mesmo nome, como se vê, foi parcial. Vale a pena salientar, ainda mais uma vez, que uma parte de sua população, dividida em dois grupos locais, permaneceu vivendo na sua região de origem, na área denominada Urubu Branco.

A instalação da população Tapirapé na nova aldeia, que dista aproximadamente 80 km de Tapi'itawa, e junto à barra do rio que leva o nome do grupo, foi feita por representantes do S.P.I. e não representou uma proposta do próprio grupo indígena. Os Tapirapé, como aponta com precisão Charles Wagley, foram "persuadidos" (1988, 64) a deixarem as proximidades da serra do Urubu Branco e se instalarem na região da barra do rio Tapirapé. Num momento em que a própria sobrevivência do grupo como etnia estava seriamente ameaçada a solução de abandono da sua região de origem foi uma solução trazida de fora, trazida pelo representante do S.P.I.

Os Tapirapé que se mudaram para a aldeia nova junto ao Posto continuaram a percorrer a serra do Urubu Branco. A mudança para a nova realidade de contato permanente com os brancos representou para os Tapirapé uma solução de sobrevivência. Sua instalação na barra do rio Tapirapé correspondeu a uma solução de sobrevivência ditada por contingências históricas: pela depopulação sofrida como consequências de doenças e pelos devastadores ataques sofridos por parte dos Kaiapó que desarticularam o grupo como tal, forçando-os a aceitarem um contato e uma nova realidade territorial imposta por contingências históricas.

A partir de 1951, a Missão das Irmãzinhas de Jesus, a pedido do bispo dominicano de Conceição do Araguaia, instala-se junto à aldeia da barra do rio Tapirapé, passando a dar-lhe assistência na área de saúde. Na década de 70, um casal leigo da equipe de pastoral indigenista da Prelazia de São

Félix do Araguaia iniciou um projeto de alfabetização na língua. Atualmente, os atendentes da enfermaria e o diretor e professores da escola são Tapirapé assalariados pela Secretarias Estaduais de Educação e Saúde.

A chegada da Missão das Irmãzinhas e o início de uma assistência regular e de excelente qualidade ao grupo marca também o início da recuperação demográfica dos 51 Tapirapé (Wagley: 1988, 65) reunidos na aldeia nova, Tawyao, próxima ao posto do Serviço de Proteção aos Índios. Os habitantes de Xoatawa e Xexotawa, no entanto, permaneceram sem apoio assistencial e tiveram sua população continuamente reduzida graças à ação de doenças, ataques de animais selvagens e fome.

O assentamento dos Tapirapé na região da foz do rio de mesmo nome, região em que já haviam habitado em diversas fases desde o séc. XVIII, foi bem sucedida sob o ponto de vista econômico. O local é, no entanto, muito diferente daquele que ocupavam até o final da década de 40. Com efeito, passaram do isolamento de uma região de matas altas e mórros, propícia à agricultura e caça, para outra, marginal ao Araguaia e ao trânsito no rio, menos propícia à agricultura e mais à pesca.

Uma vez instalados próximos à aldeia Karajá da barra do Tapirapé as relações entre os grupos Karajá e Tapirapé normalizaram-se e os grupos iniciaram, em 1949-50, um profundo intercâmbio social e econômico. Em 1989 havia 5 mulheres Karajá casadas com Tapirapé e nove deles fora da aldeia, parte casados com mulheres Karajá.

O território ocupado pelos Tapirapé desde sua reinstalação na área, no final da década de 40, compreendia as terras altas agricultáveis situadas ao norte do rio Tapirapé, bem como os campos, lagoas e lagos situados próximos ao baixo curso e foz do Tapirapé. Esse território é explorado conjuntamente pelos Karajá das aldeias vizinhas de Tytema e da barra do Tapirapé. Percorrem também as terras das antigas aldeias da serra do Urubu Branco.

2.1.4. O grupo de Xexotawa e de Xoatawa e a A.I. Urubu Branco

Ainda que menos numerosos que o grupo originário de Tapi'itawa, reunido na barra do rio Tapirapé pelos representantes do S.P.I., os grupos de Xexotawa e Xoatawa permaneceram na região que os Tapirapé habitavam desde a metade do século passado. Não se pode, sob pena de incidir numa inverdade, dizer que a totalidade do grupo passou a viver na foz do rio Tapirapé a partir de 1950 e que o território conhecido como Urubu Branco, tenha sido abandonado pela população Tapirapé. Mais: a região do Urubu Branco continuou a ser utilizada não só pelos remanescentes de Xexotawa (divididos em dois grupos) que nela viviam, como também pelo grupo reunido pelo S.P.I. na aldeia próxima ao Araguaia, que continuaram a percorrê-la em expedições de caça e coleta, desde a sua instalação na foz do Tapirapé até os dias de hoje, como veremos melhor adiante.

O destino dos habitantes de Xexotawa e Xoatawa contrasta com os de Tawyao, a aldeia nova, no período que vai de 1950 a 1970. Enquanto esses últimos reconstituíam-se populacionalmente, com uma garantia mínima de terras por parte da Funai e a assistência de saúde por parte das Irmazinhas de Jesus, os grupos das aldeias de Xexotawa e Xoatawa viam sua população diminuir em função da fome motivada pelo abandono contínuo de territórios, impossibilidade de praticar agricultura regularmente, isolamento, doenças, ataques de Kaiapó e de animais selvagens etc. Como descrevia um repórter do Los Angeles Times baseado em dados de Judith Schapiro: "Crianças nasciam mas morriam de má nutrição, malária e outras doenças. As pessoas mais velhas do grupo morreram de privações. As mulheres tornavam-se demasiadamente velhas para terem filhos (...)" (Greenwood apud Wagley 1988, 62-64).

No período em que se separaram de seus companheiros de Tapi'iatawa, por volta de 1946, os de Xexotawa perfaziam "menos de 20 pessoas" (idem, 63), representando pouco menos de um terço da população de Tapi'itawa (51 pessoas em 1953). De 1946 a 1970 esse grupo de Xexotawa foi reduzido a oito pessoas, pelas vicissitudes vistas acima. No mesmo período os de Tawyao, na aldeia nova, experimentaram grande crescimento de população, passando para 136 pessoas em 1976.

Em 1964 o primeiro grupo dos remanescentes de Xexotawa faz contato com a população regional de Lago Grande, às margens do Araguaia. Eram cinco pessoas: duas mulheres com seus filhos, Myta'i e seu filho Awaeteo, Awaxirawi e sua filha Taixowoo, e mais uma mulher, Mareakawa. Haviām atingido Lago Grande margeando lentamente o rio Crisóstomo e a região entre este e o córrego Antonio Rosa. Esse grupo de Tapirapé havia permanecido 18 anos isolados na mata, sem encontrar-se com seus companheiros de tribo nem com regionais. São

trazidos para a nova aldeia e encontram-se vivendo novamente com seus parentes.

Em 1970 consegue-se contatar o último grupo de Xexotawa. Liderados por Kamaira, haviam se instalado no médio Gameleira, após muitos anos de intermináveis marchas forçadas, no local da aldeia Xoatawa. O percurso deste grupo, segundo contam os Tapirapé, dirigiu-se muito a oeste, chegando a atingir um grande rio que muitos deles acreditam ser o Xingú. De qualquer forma o grupo de Kamaira encontrou-se, em 1970, acidentalmente com um caçador regional de nome Domingos, conseguiram estabelecer contato pacífico, e este último avisou seus companheiros que viviam na aldeia nova junto ao Posto. Uma expedição foi montada pelos Tapirapé. Fizeram parte dela o caçador Domingos, Iamaki, um técnico agrícola contratado pela Missão Tapirapé, das Irmãzinhas de Jesus que estava na aldeia, e os Tapirapé Xawaraxowi, Timóteo e Marcos Xako'iapari. O reencontro do grupo deu-se em Xoatawa, nas terras do rio Gameleira, local atualmente utilizado pela refinaria Gameleira para o plantio de cana de açúcar. Após 24 anos de isolamento compulsório o último grupo da aldeia de Xexotawa reencontrava-se com seus parentes e amigos. Foram convidados e aceitaram visitar a aldeia nova. Pensavam num retorno à região, para aproveitarem suas roças e talvez reocuparem o local em que viviam com outras pessoas da aldeia nova. Kamaira deixou todas suas coisas no local pensando no retorno. A morte inesperada do líder do grupo logo após sua chegada na aldeia nova e o agravamento da situação da demarcação da Área Tapirapé/ Karajá adiaram esse retorno.

A saga desses Tapirapé que permaneceram habitando a serra do Urubu Branco isolados dos demais até 1970 atesta, em termos de ocupação territorial, três fatos:

- A população Tapirapé até 1970, ano final da reunião do grupo, encontrava-se dividida em três e depois em dois grupos locais: Xoatawa, grupo de Xexotawa e na aldeia nova, Tawyao.
- Os habitantes das duas primeiras aldeias, continuamente reduzidos em seu número, permaneceu vivendo na região de onde o restante grupo foi "persuadido" (Wagley 1988, 64) pelos representantes do S.P.I. a deixar de utilizar como local de aldeamento: a serra do Urubu Branco.
- Os Tapirapé não deixaram de percorrer a serra do Urubu Branco terminada a habitação permanente no local. Os locais utilizados por esses grupos permaneceram sendo utilizados pelos Tapirapé até o dia de hoje. A reunião da totalidade dos remanescentes Tapirapé na aldeia nova não implicou no abandono do território habitado permanentemente até datas tão recentes como 1970.

2.1.5. A A.I. Urubu Branco e a demarcação da Área Indígena Tapirapé/ Karajá

A partir de 1950, a expansão da sociedade nacional atinge esse trecho do médio Araguaia através da pecuária e da especulação com terras. Em 1954 a CIVA, Companhia Imobiliária do vale do Araguaia, instala-se na nascente povoação de Santa Teresinha. A CIVA obtivera do Governo do Mato Grosso concessão para compra e venda de títulos de extensas áreas do Araguaia.

A Companhia Colonizadora Tapiraguaia, sucessora da CIVA que encerrou suas atividades por insolvência no final da década de 50, continuou a negociar os loteamentos incidentes em terra indígena Karajá e Tapirapé. Em 01.12.59 o DCT- MT, Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso, alienou, com a assinatura do então governador do Estado, Ponce de Arruda, uma área de 8.200 ha, onde se encontravam as aldeias Karajá e Tapirapé.

Todo o território imeditamente ao norte do rio Tapirapé, onde se incluíam (sic!) o Posto Indígena Heloísa Alberto Torres e as terras habitadas tradicionalmente pelos Tapirapé e Karajá da barra do Tapirapé foi dividido em "lotes" e vendido a particulares sem maiores delongas. As terras das aldeias da área da serra do Urubu Branco também foram loteadas e titulada através dessa bizarra concepção original de que seriam terras devolutas e sem ocupação. As terras de Santa Teresinha, atualmente sede do município de mesmo nome, também foram loteadas e vendidas a fazendas que exigiram a retirada imediata de seus moradores tradicionais.

Um exemplo do que sucedia com esses "lotes" pode ser visto com o que foi adquirido por Nilton Machado Barbosa a preços simbólicos (Cr\$ 7,00 por hectare de pasto e Cr\$ 10,00 para terras agrícolas). Este lote foi posteriormente vendido à Tapiraguaia S.A. Agricultura e Pecuária, de propriedade dos empresários José Augusto Leite de Medeiros e José Carlos Pires Carneiro por quantia ignorada. Os lotes vizinhos e contíguos foram adquiridos por outras grandes empresas agropecuárias, as fazenda Codeara, de propriedade do grupo que inclui o BCN- Banco de Crédito Nacional, e Porto Velho, de propriedade do grupo econômico dos Fertilizantes IAP.

Essas empresas e grupos econômicos que adquiriram esses títulos de terras na área atingida pela A.I. Tapirapé/ Karajá são os mesmos atingidos pela proposição da atual Área Indígena Urubu Branco. Isso porque todas as áreas ocupadas pelos Tapirapé no período 1950- 1993 foram atingidas por esses loteamentos arbitrários praticada pela agência de terras do Estado do Mato Grosso e adquiridos posteriormente em grande parte pelos mesmos grupos econômicos e empresas.

Do início da década de 60 até o início da década de 80 as relações dos Tapirapé com a sociedade nacional foram dominadas pelo processo de recuperação e luta pelo reconhecimento legal de suas terras tradicionais, ocupadas pelas fazendas mencionadas acima. Durante mais de uma década os Tapirapé enfrentaram não só as pretensões territoriais ilegítimas dessas fazendas e de seus prepostos, como também de famílias regionais de condição modesta (muitas delas empregadas nas fazendas acima), instaladas próximos ao morro do Cadete em 1964. Enfrentavam também a declarada relutância da Funai em encaminhar o processo que envolvia interesses de poderosos empresários.

Na década de 70, em pleno regime militar, a política do Governo Federal, em especial do Ministério do Interior ao qual se ligava a Funai, enfatizava a necessidade de ocupação da Amazônia. A oposição às legítimas pretensões territoriais dos Tapirapé foi centralizada pela figura do Coronel Nobre da Veiga, na época o presidente da Funai, e pelo então diretor do Parque Indígena do Araguaia, Sargento José Tempone. Os Tapirapé receberam, no clímax das tensas negociações com o Governo Federal e sua agência indigenista em 1981, o apoio da Prelazia de São Félix do Araguaia, da Igreja Católica e de numerosas entidades civis do Brasil e do exterior que exigiam o cumprimento da Constituição pelo Governo Federal. O "caso Tapirapé", onde Igreja e sociedade civil aliaram-se na defesa de um caso exemplar, frente a um Estado autoritário e que agia ao arrepio da lei, tornou-se paradigmático das relações índios e Estado nacional nesse período.

Mesmo com a oposição da Funai, os Tapirapé conseguiram as terras que pleiteavam, através do reconhecimento oficial, em 1982, da picada demarcatória que haviam feito entre 1977 e 1978. A primeira portaria assinada 1.093/E de 26.08.81, a "proposta Nobre da Veiga", excluía partes importantes ao norte do rio Tapirapé incluídas na proposta definida pela picada Tapirapé. A portaria 1.203/E de 29.03.82 (publicada do DOU de 02.04.82), assinada pelo Coronel Paulo Moreira Leal, revogou a anterior e satisfaz aos Tapirapé.

A demarcação física de suas terras foi feita pelo Serviço de Cartografia/Topografia do Exército, com participação de Tapirapé na condição de "fiscais". Finalmente, o Diário Oficial da União de 24.03.83, traz o decreto no. 88.194 de 23.03.83, assinado pelo presidente João Figueiredo, homologa a demarcação feita segundo a portaria 1.203/E de 29.09.82. A Funai organizou, em 1983, a retirada das famílias instaladas no morro do Cadete.

As terras utilizadas pelos Tapirapé desde sua chegada, em 1949, na região da foz do Tapirapé incluem, especificamente na sua parte sul, isto é, imeditamente ao sul do rio Tapirapé, diversos lagos e campos próximos à foz desse rio.

São utilizados, desde essa época, como locais de pesca e coleta. Utilizam-se também da área pesqueira denominada Jurelo, também percorrida pelos Karajá das aldeias da foz do Tapirapé. Os pastos marginais ao Araguaia, ao sul do rio Tapirapé e no interior da Área Indígena, são contemporaneamente utilizados pelos Tapirapé para atividades econômicas não tradicionais: criação de gado e arrendamento de pasto, durante a estação seca e por dever de gratidão, para o filho de Lucio da Luz, o homem que acolheu o grupo em 1947, depois do ataque Kaiapó.

O território também utilizado pelos habitantes da aldeia Tapirapé de Tawyao para caça, coleta e/ ou visitas sazonais inclui também as áreas próximas às antigas aldeias de Tapi'itawa e sua vizinha Tokynookwatawa e, a leste, Xoatawa. Este território localiza-se no interior da "serra do Urubu Branco".

O relatório de Reestudo e Definição da Área do P.I. Tapirapé (portaria 841/E de 30/09/80) que definiu a Área Indígena aprovada em 1983 registra na sua página 5:

"os Tapirapé continuaram fazendo incursões anuais a Urubu-Branco". E mais adiante, ainda a respeito do Urubu Branco: "o território ocupado pelos Tapirapé nunca foi de fato abandonado, as matas continuaram sendo usadas para plantio e os índios em suas caçadas periódicas caminhavam por toda a área circunvizinha. A redução territorial não implicou num abandono das terras, se elas não continuaram ocupadas, não deixaram de ser percorridas periodicamente" (Leão 1980, 5-6).

Para finalizar, o relatório de autoria da antropóloga Maria Auxiliadora C. de Sá Leão, completa:

"A falta de matéria prima ritual ou artesanal, a redução da caça, atividade produtiva tradicional, faz com que os Tapirapé continuem percorrendo a sua área tradicional, incursionando pelas fazendas da região. Se hoje este fato não constitui problema não podemos deixar de levá-lo em conta pelas consequências futuras" (Leão 1980, 6).

As glebas vendidas pelo Estado do Mato Grosso para particulares em 1961 incidem diretamente nessas terras ocupadas em caráter permanente e contínuo pelos Tapirapé desde o início de 1900 até 1993.

O Estado do Mato Grosso, ao vender essas glebas terra a particulares, fê-lo à revelia do direito dos grupos indígenas habitantes da área. A implantação da Área Indígena Tapirapé/ Karajá em 1983 representou para os Tapirapé o reconhecimento de um território que pode ser descrito como a última área de refúgio dentro do território que ocupavam desde a metade do século XIX.

Perder o território da nova aldeia seria para os Tapirapé um verdadeiro despejo de qualquer território a que a tribo tivesse direito. A luta e a concretização da demarcação representou também um reconhecimento da justiça dos argumentos que pleiteavam a antiguidade da implantação do grupo na área, o que suspendeu o efeito dos documentos dos que pretendiam a propriedade do terreno.

Uma Ação de Indenização Ordinária movida por Emílio Figueiredo, falecido ex- proprietário de terras localizadas ao sul da atual Área Indígena, na Fazenda tres Pontas do Araguaia, e incluídas na reserva, solicitou indenização por essas terras. Em 1992 recebeu parecer negativo da Juíza da 4a. Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que não reconheceu a validade dos títulos emitidos pelo Estado do Mato Grosso.

As reivindicações de particulares em relação às terras irregularmente tituladas pelo Estado do Mato Grosso em 1961 não foram encarados como legítimos pela Justiça, como demonstram a implantação da Área Indígena Tapirapé/ Karajá em 1983 e a recente decisão da Justiça Federal. Como veremos adiante, essa é a mesma origem dos títulos dos particulares na serra do Urubu Branco.

2.1.6. Terras tradicionais e Tapirapé e as demarcações feitas pela Funai:

A A.I. Tapirapé/ Karajá que abriga os Tapirapé e Karajá da barra do rio Tapirapé é a única regularizada em nome do grupo, registrada no C.R.I. de São Félix do Araguaia e registrada no S.P.U./MT.

A demarcação da A.I. Tapirapé/ Karajá, no entanto, foi falha em relação aos dois grupos seus ocupantes.

No que diz respeito aos Karajá não reconheceu as terras indígenas habitadas e utilizadas pelo grupo reunido na aldeia da barra do rio Tapirapé (que incluem os territórios da aldeia Ijoro e de parte da aldeia do capitão João), e onde hoje está a fazenda Tres Pontas. Essa demarcação incompleta constrange o direito Karajá de explorarem-nas e ainda os colocou à mercê de admoestações de particulares, que tentam constranger seu acesso às suas terras tradicionais. Apesar dessa situação os Karajá continuam a utilizar esses terrenos, não reconhecendo a perda do território em que vivem e utilizam desde os tempos de seus pais e avôs.

Em relação aos Tapirapé a A.I. Tapirapé/ Karajá não incluiu as terras em que viviam os grupos isolados e a porção utilizada por seus companheiros reunidos na aldeia nova, na região do Urubu Branco. A própria Funai reconhece a insuficiência.

Como vimos em 2.1.5. o relatório de definição da Área Indígena Tapirapé/ Karajá feito por uma equipe da FUNAI já adverte para as consequências de não assegurar aos Tapirapé o direito às terras que ocupavam no Urubu Branco (Leão 1980, 5-6).

2.1.7. Origem do grupo

Os Tapirapé são uma tribo originária do baixo curso dos rios Tocantins e Xingu, onde viviam até o século XVII (Baldus: 1970, 21-24). Fariam parte de uma antiga "província Tupi-Guarani" do Pará (Castro: 1986, 137). Chegaram à região marginal ao médio curso do Araguaia, por volta da segunda metade do séc. XVIII. Sua presença é anotada, ao norte do rio que leva o nome do grupo, a partir desse mesmo século (Baldus: 1970, 34).

Os Tapirapé, grupo indígena de língua da família Tupi-Guarani do tronco Tupi, vive em meio a diversos outros, todos eles de línguas do tronco Macro-Jê. A antiguidade dos contatos dos Tapirapé com seus vizinhos Karajá e Kaiapó remonta a épocas anteriores ao século XVII. Desde então, oscilam de amistosa convivência a hostilidades e enfrentamentos. Os Tapirapé tem uma série de narrativas históricas e mitológicas que assinalam sua presença secular nas matas da margem esquerda do rio Araguaia -mais especificamente na região de serras conhecidas como Urubu Branco, no norte da Ilha do Bananal, foz do Javaés, e médio curso do Araguaia.

2.1.7.1. Deslocamentos territoriais Tapirapé dos secs. XVI ao XIX:

O deslocamento Tapirapé pode assim ser resumido: as penetrações escravagistas destinadas aos grupos da confluência Araguaia-Tocantins nas primeiras décadas do séc. XVII (1607 e 1615 principalmente) causaram um rearranjo na localização dos grupos centro-brasileiros. Os grupos ascendentes dos atuais Kaiapó iniciaram um movimento rumo noroeste, que os fazia abandonar o atual estado de Tocantins e a internarem-se nas matas paraenses a partir do séc. XIX. Seu deslocamento levou-os de encontro aos Tapirapé, "empurrando-os" para o sul. Os Tapirapé, tentando escapar aos seus ataques, refugiaram-se nas matas próximas à margem esquerda do baixo Araguaia. Na história do grupo, dos séculos XVIII ao presente, vemos os Tapirapé entrando em contato com os diversos grupos Karajá cujos territórios iam contornando à medida que se aproximavam da Ilha do Bananal, num vigoroso movimento rumo sul: com os Karajá do Norte no baixo Araguaia, com os Javaé no interior da Ilha e com os Karajá do médio Araguaia e da foz do Tapirapé.

2.1.7.2. Deslocamentos territoriais dos Tapirapé do século XIX ao século XX

O grupo, no final do séc. XVIII e início do XIX, encontrava-se dividido. Uma parte encontrava-se na margem esquerda do Araguaia, no Estado do Pará, pouco acima de sua divisa atual com o Mato Grosso. Suas aldeias iam do Pará até o norte e arredores do rio Tapirapé já no séc. XVIII, conforme mapa publicado em Baldus (1970, 34). Outra parte do grupo encontrava-se na Ilha do Bananal (atual Estado do Tocantins) em contato com os Javaé. Alcançaram a ponta norte da Ilha do Bananal já em 1775 (Fonseca (1775): 1920, 124-125; Baldus: 1970, 37). Mantinham intensa comunicação com os Javaé, principalmente das aldeias Wariwari e Imotxi, com visitas, comércio regular e intercâmbio de canções e rituais.

Por volta da segunda metade do século passado, os Tapirapé foram expulsos da Ilha do Bananal pelos Javaé aliados aos Karajá, numa série de episódios bem lembrados por estes últimos e recolhidos por Donahue (1978/80). A expulsão dos Tapirapé da Ilha fê-los migrarem para as proximidades da foz do rio Tapirapé. A instalação dos Tapirapé nesse trecho específico do Araguaia ("não muito longe da foz do rio Tapirapé") também foi registrada por outro antropólogo norte americano, William Lipkind. Teria ocorrido, segundo este, entre 1838 e 1868 (Lipkind apud Baldus: 1970, 36). Após a reunião dos Tapirapé, os habitantes das aldeias que conviveram com os Javaé na Ilha do Bananal tenderam a se concentrar na aldeia de Makotawa, que desaparecerá na década de 30. Sua longa convivência com os Javaé fez com que sua língua se transformasse num dialeto reconhecível pelos demais Tapirapé (Xawaraxowi, depoimento, 1993, 3, anexo).

Concluindo-se, pode-se afirmar com segurança que os Tapirapé encontram-se vivendo na região conhecida como "serra do Urubu Branco", ou seja ao norte e nas imediações do rio Tapirapé, desde pelo menos a metade do século XIX. Ai serão encontrados e contatados por representantes da sociedade nacional a partir de 1908.

2.2. Histórico da área indígena, reconstituído através de memória tribal

A história dos Tapirapé e de seu território, como vimos em 2.1.7., é marcada por deslocamentos sucessivos, desde o baixo Tocantins até atingirem o médio curso do Araguaia e a foz do rio com seu nome onde vivem hoje.

A história Tapirapé conforme se deduz de sua tradição histórica oral, confirma esses deslocamentos, tais como registrados pelas fontes escritas desde o séc. XVII até o XX. Tres conjuntos de mitos abordam claramente as fases da história da implantação dos Tapirapé nas terras marginais (e/ou no *hinterland* delas) ao Araguaia.

O primeiro conjunto de mitos aborda a dispersão dos povos de língua da família Tupi-Guarani. Inicia-se com a travessia do "grande rio" ou "mar", *paranaxigo*, que pode ser o Tocantins ou o Araguaia. Na travessia, ocorre a dispersão de diversos povos de língua Tupi-Guarani, entre eles os Tapirapé. O líder "Capitãozinho", que liderou seu povo na travessia, enfrenta uma epopéia tentando escapar de seus perseguidores e reencontrar-se com sua família. Devido ao contato com diversos seres cosmológicos os filhos desses primeiros Tapirapé recebem os nomes (aqui anotadas segundo a grafia moderna): Apirape, Mani'itywera, Paranyywara, Tawaopera, Kawaro'i, Awaiky e Xakarepera. Estes são os nomes, também, dos grupos de comer, importante princípio organizativo da sociedade Tapirapé conforme veremos adiante em 3.5..

O segundo conjunto de mitos aborda a destruição dos Tapirapé pelo fogo, devido a infrações cometidas na representação e relações com seus ancestrais e outros seres cosmológicos. Encontravam-se vivendo, nesse conjunto de mitos, próximos à foz do rio Javaés no Araguaia.

O terceiro conjunto de mitos aborda explicitamente sua implantação na serra do Urubu Branco. Abandonando a região descrita no parágrafo anterior os Tapirapé deixam a região da margem direita do Araguaia, atravessam este rio e passam a viver na margem esquerda, numa aldeia localizada aos pés da pequena serra, que se inicia em Santa Teresinha e segue em direção oeste, chefiados por um líder de nome Apaxigo. O nome dessa aldeia em Tapirapé é Tyrehe ou Maityri, certamente uma corruptela de Maitxyri, o nome Karajá do mais conhecido desses mörros. Segundo me informaram diversos Tapirapé, em especial Cantídio Taywi, essa aldeia antiga localizava-se muito próxima àquela que habitarão a partir de 1950. Os cacos de cerâmica e tembetás (*temekwara*) de quartzo leitoso, típicos Tapirapé, encontrados recentemente na atual aldeia Tawyao parecem confirmá-la como local de habitação por volta da primeira metade do século XIX. A toponímia Karajá para a região apoia essa localização dos Tapirapé cotejada de acordo com seus mitos. Com efeito, a pouco mais

de 10 km para oeste da antiga aldeia Karajá Ijoro ("aldeia da raposa"), a tradição oral Karajá assinala o local de uma antiga "aldeia Tapirapé" (Wouhãwa), no local conhecido como "Jibóia". Menos de quatro quilômetros à leste dessa última, existiu, também segundo os Karajá, outra aldeia Tapirapé, chamada Tytema ("aldeia do cascalho"), que não deve ser confundida com uma aldeia Karajá de mesmo nome e que atualmente se localiza próxima à foz do Tapirapé.

Ainda nesse terceiro conjunto de mitos, os Tapirapé, chefiados por uma líder de nome Xowawi'i, dirigiram-se à área compreendida pelos rios Urubu Branco e Gameleira, tributários da margem esquerda do Tapirapé. Xowawi'i seria, segundo a tradição Tapirapé, o líder pioneiro da ocupação das terras próximas à serra do Urubu Branco.

Os Tapirapé, sob a liderança de Xowawi'i, teriam ocupado, pela ordem, as seguintes aldeias, todas elas localizadas na serra do Urubu Branco: Kanine'etawa ("aldeia da arara"), Tokynookwatawa ("aldeia do tucano"), Xakarewatawa ("aldeia do jacaré"), I'axoratawa ("aldeia onde se viu o pênis dos brancos"), Ipirakwaritawa, Takarookywetawa ("aldeia da grande takara", casa dos homens). Estas aldeias podem ser consideradas as mais antigas na região do Urubu Branco. Sua implantação na região pertence portanto a um ciclo de eventos míticos bastante recuados no tempo.

A história documental do grupo, conforme reconstituição que vimos em 2.1., apresenta diferenças em relação à versão transmitida pela tradição oral dos Tapirapé. A principal delas diz respeito à divisão da tribo em dois grupos anteriormente à sua implantação na margem esquerda do Araguaia. As fontes bibliográficas mostram-se bastante seguras quanto à existência, no final do séc. XVIII, de dois grupos Tapirapé; um deles vivia na margem esquerda do Araguaia e outro na sua margem direita. Posteriormente teriam se reunido todos na sua margem esquerda, por volta de metade do século passado, conforme vimos em 2.1.8. A versão Tapirapé coletada por André A. Toral desconsidera os habitantes da margem esquerda e centra sua atenção nos deslocamentos de um só grupo, o da margem direita do Araguaia. É possível que os demais Tapirapé ainda se encontrassem vivendo ao norte da serra do Urubu Branco, em território paraense. A versão Tapirapé, finalmente, situa a implantação do grupo na área do Urubu Branco num período de tempo mais recuado, conforme se deduz do tratamento mais "mítico" e menos "histórico" dado ao assunto, que o atribuído pelas fontes documentais.

De qualquer forma pode-se afirmar com segurança que os Tapirapé, conforme se deduz das fontes documentais escritas e da tradição oral do grupo, já se encontravam vivendo na serra do Urubu Branco pelo menos desde a metade do século XIX.

O que se chama de "aldeias do Urubu Branco", pela conceituação Tapirapé é, na verdade, um complexo de aldeias, existente pelo menos desde o século passado. Esse conjunto de aldeias ia desde o sul do rio Tapirapé, com as aldeias registradas pelos Karajá (Wouhãwa e Týtêma) até o atual município de Vila Rica. Um caminho, *xapekwawa*, ligava essas aldeias. Ia desde as aldeias mais meridionais, Tokynookwatawa, Xoatawa e Tapi'itawa, até as mais nortistas: Moo'ytawa, Xexotawa e Anapatawa. Era comumente percorrido pelos seus habitantes sendo considerado o grande eixo de comunicação social, algo como uma estrada para os regionais ou o rio para os Karajá. Estas aldeias apresentavam, entre si, diferenças significativas, reconhecidas pelos próprios Tapirapé, no que diz respeito à língua, organização social, origem e caracterização ritual.

Uma boa porcentagem dos Tapirapé contemporâneos nasceram e viveram nas aldeias da região do Urubu Branco. Em dezembro de 1993 viviam em Tapi'itawa e em Tawyao os nascidos nas aldeias de:

(1) Yawopetawa, (2) Xakyrywatawa, (3) Moo'ytawa, (4) Ipirakwarootawa, (5) Xexotawa, (6) Tapi'itawa, (7) Xeke'atawa, (8) Tawyrywytawa, (9) Tokynookwatawa, (10) Xowawi'irywytawa, (11) Tawoko, (12) Paranytawa, (13) I'axoratawa, (14) Paranyrakawa, (15) Mokaxatawa.

Além dos nascidos nessas aldeias há outros nascidos em expedições de coleta no verão, por exemplo no local denominado S. Pedro (onde futuramente formaria-se uma fazenda de propriedade do pecuarista Lucio da Luz) e no rio Xavantinho, quando os Tapirapé não se encontravam aldeados.

Essas aldeias e locais mencionados acima são também as mais recentemente habitadas e/ou percorridos. Mesmo depois de serem abandonadas por seus habitantes estes continuam a percorrer seus territórios, por razões econômicas e afetivas. Dessa forma, os territórios de Tapi'itawa, a aldeia que reuniu a população Tapirapé durante o período de intensa perda de população e de Xoatawa, habitada até 1970, continuaram a serem utilizados e percorridos pelos que lá viveram até os dias de hoje.

São também frequentemente mencionadas por sua importância histórica as aldeias de (16) Maakotawa (também denominada Korowatawa), (17) Ipirakwaritawa, (18) Ykyrytawa, (19) Takarookywera (ou Takarookywetawa), (20) Tapiranytawa, (21) Ikaraxyrywytawa.

Se somarmos a estas aldeias, ocupadas mais recentemente, as aldeias pioneiras na ocupação do território mencionadas acima (e não relacionadas até aqui), como as de (22) Xakarewatawa e (23) Kanine'etawa, e outras habitadas até os

anos 70, como (24) Xoatawa, chegamos a pouco mais de duas dezenas de aldeias habitadas na serra do Urubu Branco desde a metade do século passado até os dias de hoje.

Na verdade é muito difícil, pelos depoimentos tomados, se determinar o número exato de aldeias existentes na região do Urubu Branco. O mais correto seria considerar que os Tapirapé habitavam a área do Urubu Branco numa série de aldeias que iam sendo ativadas e desativadas segundo uma série de determinantes de ordem social ou econômicas, tais como casamentos, acusações de feitiçaria, incompatibilidades de lideranças, indivíduos e/ou grupos, conflitos internos ao grupo, rendimento de roças, rendimento da caça, coleta etc.

Em seus depoimentos e em seus croquis demonstrativos feitos a pedido do pesquisador os informantes Marcos Xako'iapari e Cantídio Taywi listam com facilidade cerca de tres dezenas de aldeias, todas localizadas na região da serra do Urubu Branco ou em suas proximidades, nas quais os Tapirapé teriam vivido nos últimos cem anos e em épocas ainda mais remotas.

Concluindo-se pode-se afirmar que a tradição oral mítica e histórica dos Tapirapé situa com segurança a implantação do grupo na área da serra do Urubu Branco desde um passado mítico remoto no tempo até o presente. E mais: as versões reconstitutivas da implantação do grupo na área, segundo a tradição oral e segundo fontes documentais, apoiam-se mutuamente apesar das esperadas diferenças vistas acima. Esta coincidência permite fazer, no caso Tapirapé, o que muitas vezes não é possível fazer-se em relação à localização de outros grupos indígenas no Brasil: datar-se a implantação do grupo num território determinado, cruzando-se fontes documentais e história e mitologia conforme transmitidas pela sua tradição oral.

Dessa forma, a implantação dos últimos grupos Tapirapé na região, que segundo as fontes documentais deu-se na metade do século passado, com a reunião dos grupos que já viviam no local com os que chegaram da margem direita do Araguaia, deu-se, segundo os Tapirapé, num período mais recuado, provavelmente no final do século XVIII.

As diferentes versões de informantes sobre a territorialidade do grupo corroboram-se mutuamente e, através do cruzamento e comparação de depoimentos, verifica-se que estes não foram alterados de forma a manipular dados e informações na tentativa de iludir o pesquisador e criar uma ancestralidade inexistente na área.

2.3. História da ocupação "branca" da região do Urubu Branco e situação atual

A área do Urubu Branco, como vimos acima, permaneceu ocupada por dois grupos locais Tapirapé, de Xexotawa e Xoatawa, no norte e no sul respectivamente da proposta A.I. Urubu Branco, entre 1950 e 1970. Nesse período o restante da população Tapirapé foi reunida por representantes do S.P.I. e pelos missionários Dominicanos de Conceição do Araguaia na aldeia nova, Tawyao, situada na foz do rio Tapirapé. Também como já vimos atrás a região do Urubu Branco permaneceu sendo utilizada, continuamente, pelos habitantes de Tawyao, desde sua implantação na aldeia nova em 1950 até os dias de hoje.

A região do Urubu Branco foi, portanto, simultaneamente utilizada por tres grupos locais Tapirapé de 1946 até 1970: pelos de Xexotawa, pelos de Xoatawa e pelos de Tawyao. A partir dos anos 70, com a reunião do grupo, foi ocupada exclusivamente pelos habitantes de Tawyao. Como já vimos acima a ocupação contínua da região pelo grupo foi registrada pela antropóloga da Funai encarregada de definir os limites da Área Indígena Tapirapé/ Karaja e sua demarcação sugerida para se evitar os problemas que a proposta da atual reserva para o grupo tenta, tardiamente, evitar.

Interessa-nos, nesse item, ver como essa região foi sendo, paralelamente à ocupação Tapirapé, ocupada pela população regional e pela especulação imobiliária "branca" (na falta de um termo melhor).

2.3.1. A primeira fase da ocupação "branca" da região do Urubu Branco: 1940- 1955

A história ocupacional "branca" na região pode ser dividida em duas fases distintas. A primeira, que vai de 40 até a metade dos anos 50, é marcada pela implantação de moradores regionais que se instalavam no território vivendo basicamente do que conseguiam com suas roças de subsistência e pela criação de algumas poucas cabeças de gado. Esses primeiros ocupantes das margens do Tapirapé, como se depreende da sua situação de isolamento em meio ao sertão, prestavam pouca atenção à titulação de suas terras.

Baldus registra que em 1935 as margens do rio Tapirapé encontravam-se desabitadas. Somente em 1942 é que teria se iniciado um incipiente processo de ocupação que tinha como pivô uma propriedade e um comércio de Lucio da Luz (1970, 48).

Essa ocupação esgarçada, não contínua de parcelas do território não era sistemática nem progressiva. Restringia-

se a alguns pontos dos campos ao sul da serra do Urubu Branco, mais propícios à criação extensiva de gado e mais próximos ao rio Tapirapé, que como vimos atrás era o grande eixo de penetração e comunicação da região com o exterior antes do advento das estradas. Estes pioneiros encontravam-se ao sul e ao leste do que poderia ser considerado o território Tapirapé na época. Eram, a bem dizer, vizinhos da tribo. O território do grupo seria efetivamente ocupado somente alguns decênios depois, como veremos adiante nesse mesmo item.

Segundo informações prestadas por agricultores regionais reunidos na modesta sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa em 05.12.93 os ocupantes "brancos" pioneiros são o "velho" Gonçalves, o "velho" Fernando, Sabino, Aleixo, o Prado, João Pinheiro e José Pinheiro.

Além desses, os informantes mencionam Lucio Penna da Luz como um dos pioneiros na região, especificamente na sua fazenda S. Pedro, onde parte dos Tapirapé procurou e recebeu abrigo e alimentação após o ataque Kaiapó Metyktire a Tapi'itawa em 1947. O "velho Lucio", como é conhecido, também teve sua presença pioneira registrada por Baldus (1970, 48). O local da sede de sua fazenda, conhecido como Porto Velho (atualmente Porto da Muriçoca ou Porto da fazenda Porto Velho) era também ocupado por oito casas de moradores locais que agruparam-se, em 1947, em torno do pioneiro e de sua "venda", o único comércio da região na época. Lucio da Luz comprava-lhes a produção de farinha, arroz e gado transportando o que conseguia para Mato Verde, atual Luciara, que fundou em 1934. O pequeno núcleo de moradores terminou por extinguir-se e hoje Porto Velho faz parte da fazenda de mesmo nome, existente à margem esquerda do rio Tapirapé.

Estes ocupantes pioneiros, assentados à direita do território Tapirapé, não entravam em conflito com esses índios (Baldus 1970, 49), seja pela distância do território Tapirapé da aldeia de Tapi'itawa, a mais sulista das aldeias existentes, seja pela quantidade de terras então existentes. Os primeiros moradores brancos da região, relacionados pelos trabalhadores rurais em 1993, agrupavam-se, espacialmente, ao redor e a partir da fazenda S. Pedro de propriedade de Lúcio da Luz.

2.3.2. A segunda fase da ocupação "branca" da região do Urubu Branco: 1955- 1993

A segunda fase da história ocupacional da região inicia-se a partir de 1950. Nesse período as frentes de expansão da sociedade nacional, representadas principalmente pela pecuária através de grandes empresas agro-pastoris e pela especulação com terras, atingem as margens do médio Araguaia. Furo de pedra, centro da dispersão da população regional na área do Araguaia começa a perder importância. Morro de Areia, atual Santa Teresinha, em compensação, começa a tornar-se o principal centro regional, evidentemente dentro dos modestos parâmetros que marcavam a instalação da nascente povoação. Em 1954, a CIVA (Companhia Imobiliária do Médio Araguaia) que obtivera concessão do governo estadual para a compra e venda de uma extensa gleba de terras marginal ao Araguaia começou a vender e titular uma extensa área de terras nas quais encontravam-se as aldeias Karajá, Tapirapé, o Posto Indígena Heloísa Alberto Torres do S.P.I. (sic) e mesmo a nascente povoação de Santa Teresinha (sic).

A CIVA encerrou suas atividades por insolvência no final da década de 50 e foi substituída, na venda e especulação com terras na região pela Companhia Colonizadora Tapiraguaia (Wagley 1988, 67). Boa parte das terras marginais ao Araguaia, nos atuais municípios de Santa Teresinha e Confresa foram registradas, em lotes individuais, em nome de membros da imobiliária (Wagley 1988, 67).

Em 1964 começam a se instalar na região grandes empresas agropecuárias, beneficiadas por uma política de incentivos fiscais originários da SUDAM, Banco da Amazônia e do programa POLAMAZONIA. A orientação governamental para a área, segundo o POLAMAZONIA, se pautava em duas diretrizes básicas: (1) melhoria e ampliação da rede de estradas viciniais de apoio à pecuária e (2) desenvolvimento e consolidação da atividade pecuária.

Já vimos, em 2.1.5., como o Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso (DCT/MT) alienou, com a assinatura do então governador do Estado, Ponce de Arruda, uma área de 8.200 ha. onde se encontravam as aldeias Tapirapé de Tawyao, a aldeia Karajá de Itxala e o Posto Indígena Heloísa Alberto Torres, e de como esses lotes foram posteriormente adquiridos por particulares e vendidos à Tapiraguaia.

Esta mesma Companhia, entre 1961 e 1962, comprou de diversos outros requerentes outras parcelas da atual A.I. Tapirapé/Karajá. Tal foi a origem do loteamento de nome Tapiraguaia, que, além das terras da já mencionada reserva indígena, atingiu também o território dos Tapirapé no Urubu Branco. O loteamento denominado Tapiraguaia foi então dividido e

adquirido por empresas que passaram a se instalar, em ritmo acelerado no território Tapirapé, objetivando beneficiar-se dos já citados incentivos fiscais.

As principais empresas que, na época, se instalaram no território dos Tapirapé são: a Tapiraguaia S.A. Agricultura e Comércio (uma das cinco fazendas que os empresários José Augusto Leite de Medeiros e José Carlos Pires Carneiro possuíam na região e que totalizavam cerca de 300 mil hectares), Codeara (do grupo econômico do Banco de Crédito Nacional- BCN) e Porto Velho (do grupo econômico dos fertilizantes IAP). À medida que se instalavam na região essas empresas iam entrando em conflito com os habitantes regionais pioneiros e com os grupos indígenas Tapirapé e Karajá: a Agropecuária Frenova (90 mil hectares do grupo Carneiro/ Medeiros) se choca com os posseiros e moradores do povoado de Porto Alegre, a Codeara se choca com os moradores de Santa Teresinha, a quem tentam expulsar de 1969 a 1973 e assim por diante.

Mesmo a área em que os Tapirapé haviam se refugiado, a atual A.I. Tapirapé/ Karajá não fica a salvo do desejo de incorporação por parte dessas grandes empresas. Como já vimos, em 2.1.5. e 2.1.6., desde o início da década de 60 até o início da década de 80 as relações dos Tapirapé com a sociedade nacional foram dominadas pelo processo de fazer com que se reconhecesse seu direito legal às terras em que viviam. "Por algum tempo, parece ter havido um plano, obviamente arquitetado por pressão das companhias imobiliárias, para remover os Tapirapé de sua localização na aldeia Nova, na margem oeste do rio Araguaia, para a margem leste da ilha do Bananal" (Wagley 19888, 67). E mais adiante: "Tal mudança teria sido desastrosa para os Tapirapé" (idem, 67).

As companhias imobiliárias, em particular a Tapiraguaia, e os grandes grupos econômicos que se instalaram na região desejavam, simplesmente, a remoção dos Tapirapé e a expropriação de seus direitos sobre o território que ocupavam no Estado do Mato Grosso desde o século passado.

A origem da titulação de terras por estes particulares é uma só: o loteamento denominado Tapiraguaia, de aproximadamente hum milhão e meio de hectares nos atuais municípios de Santa Teresinha, Porto Alegre do Norte e Confresa. É por esta razão, como vimos em 2.1.5. e 2.1.6., que os pretensos proprietários das terras atingidas pela Área Indígena Tapirapé/ Karajá em 1983 são os mesmos atingidos por esta proposta de identificação e delimitação da A.I. Urubu Branco em 1993. Outros particulares, que compraram recentemente seus lotes ou grandes propriedades desses grupos econômicos, afirmam seus direitos sobre o território Tapirapé baseados nesses documentos irregularmente emitidos e que ignoraram,

na sua origem, a ocupação, indígena ou "branca" na região considerada.

Na região da serra do Urubu Branco e nas suas proximidades, houve, nas décadas de 70 e 80, um violento enfrentamento entre essas grandes empresas e os posseiros pioneiros na ocupação da região. Muitas vezes através de pressões, da atuação de milícias armadas e do constrangimento ilegal de modestos posseiros, as grandes empresas agropecuárias forçaram a compra, mudança ou simplesmente expulsaram estes últimos das terras que ocupavam.

Ainda segundo informações prestadas por agricultores locais, na região do Urubu Branco, a companhia Frenova, de José Carlos Pires Carneiro e Silvana Carraro Carneiro, comprava o direito de posse por preços abaixo dos valores regionais e forçava a mudança dos proprietários, despejando-os.

Tal é a origem, segundo esses depoimentos colhidos na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Confresa, da implantação das grandes fazendas, todas herdeiras do loteamento Tapiraguaia na região do Urubu Branco: Confresa, Codebra, Sapeva, Tapirapé e Brasil Central.

Essas fazendas, e seus sucessores na cadeia dominial, formam a base da ocupação da região com a qual se chocam até os dias de hoje os Tapirapé, os Karajá e outros grupos regionais que foram ilegalmente despojados de suas terras por ato incorreto do Estado do Mato Grosso.

Na região em torno do Urubu Branco, principalmente no final da década de 80 até os dias de hoje registra-se uma série de sangrentos conflitos envolvendo trabalhadores rurais e milícias da Colonizadora Confresa, fazenda Piraguassu do grupo Yanmar- Tapetes Ita, fazendas Frenova, Agroselva e Tapiraguaia, nos municípios de Cedrolândia, Porto Alegre do Norte, Santa Teresinha, Canabrava e Confresa (ver notas à imprensa e opinião pública do Sindicato de Trabalhadores rurais de S. Félix, de Luciara, de Ribeirão Cascalheira, do Bispo, do Vigário Geral e da Equipe de Pastoral da Prelazia de S. Félix do Araguaia em anexos).

Ao mesmo tempo em que se intensificava a implantação de grandes empresas agropecuárias, durante a década de 60 e 70, também a ocupação regional dos terrenos paralelos ao rio Tapirapé se acentuava. Em 1965, Wagley registra cerca de 70 famílias que passaram a se instalar ao longo do rio (1988, 68). Alguns eram vaqueiros que criavam gado em sociedade com Lucio da Luz e outros eram coletores de cera em carnaubais descobertos nas cabeceiras do rio. Todos estes ocupantes também mantinham lavouras de subsistência, plantadas numa estreita faixa de florestas de galeria ao longo do rio (idem, 68). Nos anos 70, aumentaram em número

entrando em choques armados com os funcionários da Companhia Colonizadora Tapiraguaia (idem, 68).

Finalmente, a última etapa da ocupação do território do Urubu Branco se dá no final da década de 80. À medida que, como veremos adiante, os Tapirapé ampliavam suas visitas de controle e frequência na região Urubu Branco, as grandes empresas agropecuárias que haviam adquirido os lotes do loteamento Tapiraguaia, em especial o grupo Porto Velho e o empresário José Augusto Leite de Medeiros e as empresas a ele ligadas, passaram a vender propriedades na região. As fazendas Sapeva e Codebra são vendidas à família Teixeira Posses de São Paulo e a parte norte da serra do Urubu Branco é vendida, pela Porto Velho e Codeara, a uma série de pequenos proprietários da região em condições facilitadas de compra. É de ressaltar a coincidência de datas na transferência de boa parte das terras que os empresários e grupos econômicos, mencionados acima, detinham na região, com a as datas dos movimentos dos Tapirapé em providenciar uma garantia legal para assegurarem-se das suas terras tradicionais na região do Urubu Branco.

2.3.3. A reação dos Tapirapé à ocupação do território do Urubu Branco: histórico dos conflitos

Os Tapirapé, durante esse período que corresponde à segunda etapa da história ocupacional "branca" (1955-1993) da região, foram caracterizados por Wagley como um grupo que sofreu rápida depopulação e que foi deslocado de seu território aborígine (por ação direta do órgão protecionista) (idem, 69).

Assegurado o seu direito à existência física, com a obtenção da A.I. Tapirapé/ Karajá em 1983, os Tapirapé passam já no ano seguinte a reivindicar seu território tradicional e que nunca deixaram de ocupar: a região do Urubu Branco. Durante o período que vai de 50 a 80, como vimos, utilizaram-no como local de moradia até os anos 70 e, simultânea e posteriormente, como zona de caça, coleta e com fins religiosos até os dias de hoje.

Anualmente os Tapirapé dirigem-se à região do Urubu Branco, principalmente durante o verão, para longas expedições de caça e coleta que atingem principalmente as matas e campos próximos à pequena serra de S. João e as áreas de serras e matas próximas à aldeia de Tapi'itawa, as proximidades do rio Tapirapé e do córrego Tucunaré. Além dessas excursões anuais, empreendidas por grupos de homens aparentados ou componentes do mesmo grupo doméstico, os Tapirapé tem procurado, pedindo apoio nas prefeituras das cidades vizinhas, empreender grandes excursões para a região com a intenção de melhor controlar a ocupação que se processava.

Apesar de seu desejo em voltarem, definitivamente, a viver na região do Urubu Branco, os Tapirapé deparavam-se com uma série de obstáculos considerados por eles como intransponíveis.

O principal deles era a ameaça, explícita, das milícias privadas que garantiam, às grandes propriedades, a garantia de que suas terras não seriam ocupadas seja por grupos de posseiros seja pelos Tapirapé. Existe, nessa região considerada uma das mais explosivas do país em termos do processo de ocupação fundiária, o costume, por parte de fazendas e grupos econômicos, de contratarem grupos de indivíduos, "pistoleiros", que formam verdadeiras milícias armadas a assegurarem a integridade do que julgam suas propriedades. Apenas para dar um exemplo, a guarita através da qual o grupo Porto Velho controlava o movimento na estrada estadual que dava acesso à porção sul da região do Urubu Branco era ocupada por um indivíduo de nome "Joaquinzinho", conhecido pistoleiro com várias mortes a ele atribuídas. Tal indivíduo foi morto numa emboscada por volta de maio de 1992 e seu corpo, crivado de balas, queimado no interior do carro em que viajava. Mais recentemente, em janeiro de 1994, um grupo de trabalhadores rurais foi

agredido por pistoleiros, presumivelmente a serviço da fazenda Porto Velho, conforme denúncia veiculada pela Comissão Pastoral da Terra (Regional Araguaia/ Tocantins em nota distribuída em 01/02/93). Estes trabalhadores rurais estavam estabelecidos imediatamente ao norte da serra do Urubu Branco.

Ainda segundo a mesma fonte, um outro grupo de pistoleiros paraenses teria sido contratado pela Colonizadora Codeara para expulsar os posseiros instalados na proximidade da Gleba Roncador de sua propriedade. A nota da CPT alerta que a área de atuação desses pistoleiros "corresponde em grande parte à Reserva Indígena Urubu Branco, dos índios Tapirapé, e que existe posição manifesta dos fazendeiros daquela área como contrária à Demarcação da Reserva, conforme afirmou o proprietário da Fazenda Lucrian, outra envolvida: "Os índios não vão entrar, porque vamos colocar pessoas e não vamos deixar ninguém entrar" (idem, página 2).

O que se pretende, divulgando a nota da CPT e alertando sobre os fatos ocorridos, não é acusar ou responsabilizar os grupos e empresários com propriedades atingidas pela proposta de demarcação da A.I. Urubu Branco de atos ilícitos. O que se pretende é dar um quadro do contexto regional no qual se dão as disputas de terra na região e dar uma idéia das pressões a que estão sujeitos os Tapirapé, um grupo extremamente pacífico e agricultor, cujo *ethos* tribal esta muito longe de uma tribo guerreira, como os Kaiapó ou Xavante. Os Tapirapé foram impedidos, por muitos anos, de se instalarem na área do Urubu Branco, por uma série de boatos, "recados" e simples ameaças enviadas por empresários e grupos econômicos que estavam instalados na área do Urubu Branco. Os Tapirapé tinham, e creio que tem até hoje, um medo pânico de atos de violência contra membros do grupo. Com a descompressão havida com a volta da democracia ao país e com a vigência de um estado de direito mínimo, as coisas transformaram-se um pouco.

Ainda para terminar a caracterização do contexto local vale a pena lembrar alguns episódios lamentáveis que cercaram o trabalho do GT:

a. Quando dois membros deste Grupo Técnico se encontravam em Confresa, jantando no dia 04 de dezembro de 1993, um indivíduo que evidentemente transportava uma arma numa bolsa "capanga" sentou-se na mesa pegada e começou a falar, num volume mais alto que o normal, que queria "matar um índio e esses f. da p. da Funai, só para ver como é" (sic!). Este episódio foi vivido por André A. Toral e Reginaldo H. de Amorin, componentes do GT.

b. Em 16 de fevereiro de 1994 um dos ocupantes da parte norte da A.I. Urubu Branco, Ronaldo Rezende Jordão, liga pessoalmente para a sede da administração do Parque Indígena

do Araguaia e ameaça o administrador Reginaldo H. Amorim, que faz parte do GT da FUNAI e ao seu coordenador André A. Toral, demonstrando, surpreendentemente, conhecer detalhes dos deslocamentos deste último em S. Paulo. Aconselha ainda o administrador a não se dirigir para a região, como estava planejado, com o objetivo de completar o Levantamento Fundiário e de benfeitorias.

c. Finalmente era voz corrente na cidade de Santa Teresinha em fevereiro de 1994 que havia uma lista de marcados para morrer, entre eles membros do GT da FUNAI e lideranças Tapirapé.

4. Numa reunião dos Tapirapé com particulares da parte norte da Área Indígena, realizada na Câmara Municipal de Santa Teresinha em 06.01.94 um membro da família Vilela, com terras incidentes na parte norte da A.I. Urubu Branco, fez disparos com arma de fogo em frente ao local, sendo prontamente detido pela Polícia Militar

Um outro fator impeditivo de sua volta em caráter definitivo à área do Urubu Branco foi a total falta de apoio, e mesmo a oposição explícita, que encontraram por parte da Funai para tanto. Mesmo suas excursões à região eram feitas discretamente, evitando-se sedes de fazendas e estradas, pulando cerca e internando-se na mata e nos campos. Além dessa timidez, característica do grupo e que fê-los, historicamente, vítimas dos Kaiapó e Karajá, os Tapirapé são um grupo bastante "legalista" no sentido de respeitarem a lei do "branco" e fazerem o que lhes parece justo somente como último e extremo recurso.

No entanto, exasperados pela ocupação da área do Urubu Branco e pela inação dos órgãos responsáveis os Tapirapé procuraram, já há dez anos, e paralelamente às suas excursões de sentido econômico e religioso, fazer grandes viagens, para as quais mobilizavam boa parte do grupo, com o fim de marcar sua presença na região.

A seguir relacionamos as mais importantes dessas grandes expedições de controle à região do Urubu Branco. Não estão relacionadas as viagens anuais de grupos de homens e famílias para expedições rituais ou costumeiras de caça e coleta ou de visita aos locais onde estão enterrados seus parentes. O diário de campo das Irmãzinha de Jesus faz, no entanto, um cuidadoso levantamento dessas viagens, que aqui omitimos por serem anuais e regulares desde a década de 60. Esse mesmo diário de campo foi utilizado para a elaboração da cronologia que segue abaixo:

Em 23 de setembro de 1968 um grupo de Tapirapé se dirigem de canoas à região do Urubu Branco, alertados por moradores que declaram ter visto o grupo isolado de Kamaira, que será contatado somente em 1970.

Em 17 de julho de 1981 um grupo de homens Tapirapé se dirige ao rio Tapirapé, nas proximidades da atual A.I. Urubu Branco, para controlar "mariscadores", pescadores profissionais, que invadiam o que eles consideravam seu território.

Em 03 de junho de 1984, 42 pessoas, entre homens e mulheres, permaneceram diversos dias na região, caçando, pescando e percorrendo o território para avaliarem o ritmo e intensidade das ocupações.

Em 10 de julho de 1987, utilizando-se de um caminhão da prefeitura de Luciara, outra grande excursão com um grande número de homens permanece diversos dias na região do Urubu Branco.

Em 13 de outubro de 1988, agora numa caçamba da prefeitura de Santa Teresinha, trinta homens permanecem alguns dias na região.

Em 1989, alarmados com a ocupação que se processava na região solicitam um sobrevôo da área ao Bispo de Goiás Velho, D. Thomaz Balduino que os conduz pessoalmente em seu pequeno avião no dia 30 de março.

Em 7 de junho de 1990, numa caçamba da prefeitura de Santa Teresinha, dirigem-se ao local para uma grande expedição de coleta. Nesse mesmo ano, duas caçambas da prefeitura de Santa Teresinha conduz cerca de noventa Tapirapé, entre homens e mulheres, à região do Urubu Branco, onde permanecem diversos dias. Nesse mesmo ano, no dia cinco de dezembro, novo sobrevôo da área, com D. Thomaz Balduino e os líderes Cantídio Taywi e José Pio Xywaeri, cacique do grupo, com o objetivo de controlar as ocupações que se faziam na área.

Em 1991, cada vez mais alarmados com o ritmo das ocupações na área, os Tapirapé solicitam novo sobrevôo da área para poderem controlar o território em sua totalidade. São novamente atendidos por D. Thomaz Balduino que os conduz em seu avião. Participam do sobrevôo, realizado dia 19 de julho, o antigo cacique Marcos Xako'iapari e Francisco Kaorewygi.

No dia dois de agosto de 1991 os Tapirapé realizam uma grande excursão dos alunos da EEPG Indígena Tapirapé para a serra do Urubu Branco. Fretam um caminhão de um comerciante de Santa Teresinha e permanecem cinco dias na região.

No dia 27, ainda em agosto de 1991, um telegrama da Polícia Militar de Santa Teresinha dirigido à administração do Parque Indígena do Araguaia em S. Félix, denuncia "invasão" da fazenda Sapeva, ao sul da serra do Urubu Branco, pelos Tapirapé. O telegrama e a falsa denúncia de que os índos

estariam sendo "incentivados" por elementos da prelazia de São Félix do Araguaia foi solicitado pelos então proprietários da Sapeva. Na verdade os Tapirapé restringiram-se a circular pelas estradas de serventia na área da fazenda, que serviram de acesso às mesmas áreas que costumavam frequentar discretamente à pé. O chefe do Posto Indígena Tapirapé, O. Rodello, em resposta ao telegrama esclarece que "a área nunca foi abandonada e continua a pertencer, de direito, aos Tapirapé" e que "em nenhum momento, deixou de ser local de peregrinação Tapirapé, que a visitam frequentemente, seja em caçadas, retirada de taquaris (...) seja cumprindo um ritual sagrado de visitaçao a seus ancestrais ali sepultados" (Comunicação do Chefe do P.I. Tapirapé a Administração Regional de S. Félix do Araguaia em 19/08/91).

Em 13 de agosto de 1991 os Tapirapé encaminham documento ao então presidente da Funai, Sidney Possuelo, solicitando delimitação e demarcação da Área Indígena Urubu Branco, com urgência, uma vez que as fazendas instaladas na área procuravam criar dificuldades às visitas dos Tapirapé à região. Os Tapirapé temiam a possibilidade de um choque entre índios e brancos e especialmente as tentativas de loteamento da área por parte dos grupos econômicos ali instalados. Assinam o documento o cacique José Pio Xywaeri, Makapyxuwa, Jose Antonio Tapirapé, Wryyiwya e Xawye'yma Tapirapé. A Funai não toma providências. Na mesma data encaminham carta-documento ao Procurador Geral da República, dr. Wagner Gonçalves, através da Coordenadoria de Defesa dos Direitos e Interesses das Populações Indígenas/ Ministério Público Federal, solicitando providências em relação à Área Indígena Urubu Branco.

Em setembro de 1991, indivíduos inescrupulosos espalham a notícia da existência de ouro na serra do Urubu Branco. Um deles, atual prefeito de uma cidade da região, começa a vender "lotes" por Cr\$ 26 mil (valores da época) aos incautos que se dirigem à região. É de se notar que o referido indivíduo não possuía quaisquer direitos ou documentos sobre a área.

Dia 27 de setembro, temendo uma ocupação incontrolada da área, os Tapirapé fretam um caminhão em Santa Teresinha e se dirigem ao Urubu Branco. Retiram, de maneira extremamente pacífica, os garimpeiros instalados mais próximos à serra e fazem uma picada demarcatória dos limites da área indígena. José Pio Xywaeri, cacique do grupo, se dirige às cidades de Confresa e Porto Alegre do Norte para avisar da posição Tapirapé aos seus habitantes, que constituíam os grandes alvos dos especuladores do "garimpo" com as terras do grupo. A Funai, órgão tutor, não toma qualquer providência. Finalmente se revela a grande armadilha que foi a história do garimpo: não existe ouro no local em quantidade suficiente que justificasse sua exploração. A notícia do "ouro do Urubu

Branco" fôra plantada por erspertalhões para a venda de lotes. Vendidos os lotes, os divulgadores da notícia desapareceram e até hoje não foram criminalmente responsabilizados.

Em outubro de 1991, Adalta Luz, filha de Lúcio da Luz entrega aos Tapirapé os documentos que comprovam a posse de parte do território da tribo pelo pai. Reconhece, dessa maneira, o direito do grupo indígena às terras que seu pai havia ocupado em caráter "pioneiro".

Em fevereiro de 1992, novamente, um grupo de lideranças Tapirapé se dirige a Brasília para solicitar providências da Funai em relação ao território do Urubu Branco. Participam do grupo o cacique José Pio Xywaeri, Xario, Makapixowa e Mawe.

Em maio de 1992 os Tapirapé acompanham uma equipe da Televisão Cataluña da Espanha à região do Urubu Branco. No vídeo os Tapirapé pedem o reconhecimento da área.

Em novembro de 1992 o cacique Xywaeri pede à Delegacia Regional da Funai de Cuiabá para que envie técnicos para fazerem o levantamento e identificação da área do grupo no Urubu Branco. Ainda em dezembro desse mesmo ano, a deputada Serys (PT- MT) visita a aldeia e, numa reunião formal realizada no barracão comunitário da aldeia, os Tapirapé lhes pedem para que interceda a favor do reconhecimento da área do Urubu Branco.

Finalmente, depois quase tres anos solicitando a intervenção da Funai e dos poderes públicos os Tapirapé resolvem passar a viver na área do Urubu Branco e a controlarem, eles mesmos, a ocupação indiscriminada de seu território, ante a inação dos órgãos oficiais.

No dia 20 de novembro de 1993, um grupo de aproximadamente quarenta Tapirapé dirigem-se ao local da aldeia de Tapi'itawa, nos sopés da serra do Urubu Branco. Retiram, sem o uso da violência física, a família do vaqueiro que tomava conta do retiro "Urubu Branco", da fazenda Agroselva, de propriedade do empresário paulista José Augusto Leite de Medeiros e se instalam no local. A área do Urubu Branco, passava, dessa maneira a ser controlada pelos seus mais antigos habitantes. Ali permanecem até os dias de hoje, em clima de grande apreensão, temendo as milícias particulares das fazendas vizinhas e enfrentando a hostilidade da população regional. As duas dezenas de Tapirapé que se estabeleceram no local já são, atualmente em fevereiro de 1994, cerca de sessenta pessoas.

Apesar da tensão inerente à situação de insegurança em que vivem, ao desamparo dos órgãos federais e expostos às pressões e ameaças de violências dos que ocuparam

irregularmente suas terras, o estado de espírito dos Tapirapé de Tapi'itawa pode ser resumido em uma única palavra: felicidade. Após muitos anos refugiados numa terra muito distante de sua ecossistema tradicional os Tapirapé não estão apenas, como em anos recentes, percorrendo e se utilizando das terras que consideram como suas. Eles estão, novamente, vivendo em caráter permanente no Urubu Branco. Apesar das vicissitudes de sua situação atual, acreditam que se fará justiça e não concebem serem retirados do local.

Em 30 de dezembro de 1993 os Tapirapé encaminham carta ao Ministro da Justiça, sr. Mauricio Corrêia, solicitando providências no sentido de regularizar seus direitos à área do Urubu Branco e de se evitar a retirada das famílias Tapirapé que se encontravam na aldeia Tapi'itawa. Alertam o sr. Ministro especialmente a respeito da destruição de diversas sepulturas da aldeia Tapi'itawa por parte da fazenda Agroselva, do grupo Lucrian do empresário José Augusto Leite de Medeiros.

No documento os Tapirapé afirmam que não se trata de defender seu direito de retorno a um território que teriam abandonado em 1950 e ao qual pretende retornar convulsionando a região e incidindo em direitos adquiridos por particulares nesse período. O que os Tapirapé pretendem é a documentação, em seu nome, de um território que ocupam continuamente desde o século passado. Trata-se, sim, de legalizar em nome do grupo terras ocupadas ininterruptamente segundo seus usos, costumes e tradições desde um período muito recuado no tempo.

2.4. Sítios arqueológicos e outros indícios da antiguidade da presença indígena

Não se realizou pesquisa arqueológica durante os trabalhos de campo do GT, nem se pesquisou exaustivamente o assunto. Dado o costume Tapirapé de enterrar os mortos na casa em que viviam, no entanto, todos os locais de antigas aldeias são por eles conhecidos e reverenciados como áreas de profundo significado afetivo e religioso.

Recentemente tem sido descobertos, na região, restos de cerâmica e outros objetos que denotam a antiguidade da implantação Tapirapé. Vale a pena destacar-se as descobertas e evidências de locais de aldeamentos que marcam os extremos da ocupação Tapirapé, respectivamente ao sul, norte e leste da proposta A.I. Urubu Branco:

Aldeia Tapi'itawa: no interior da A.I. Urubu Branco. Uma das mais sulistas das aldeias Tapirapé na região do Urubu Branco. Ver fotografia de Cantídio Taywi (nos anexos) indicando local de sepultamento de Amo'ai e Eiroa, vítimas de ataque Kaiapó. O local, onde existia uma habitação

Tapirapé, foi posteriormente transformado em pasto e retiro da fazenda Agroselva, do grupo Lucrian. Nos arredores do retiro "Urubu Branco" da fazenda Agroselva estão enterrados os restos mortais de gerações de Tapirapé que lá habitavam na aldeia Tapi'itawa.

Aldeia Xexotawa: Em março de 1985 lavradores que atualmente ocupam a região de Vila Rica descobrem restos de cerâmicas e panelas e outros vasilhames inteiros. Em abril os Tapirapé se dirigem à região e identificam o local onde existiu a aldeia de Xexotawa, uma das mais nortistas do grupo. Os Tapirapé, dada a ocupação da região, não incluem Xexotawa, habitada até a década de 60, na presente proposta de identificação de área.

Aldeia Tawyao: Em 1991 são descobertos, nessa aldeia, talvez a mais oriental do grupo, restos de tembetás de quartzo leitoso e restos de cerâmica típicos Tapirapé. A descoberta confirma a ocupação do local pelo grupo indígena Tapirapé provavelmente na primeira metade do século passado, conforme sua tradição oral e fontes documentais.

Apesar da compreensível repulsa Tapirapé em se proceder à exumação de seus mortos, caso fosse necessário, poderia-se fazer tal operação para se comprovar a ocupação dos terrenos de antigas aldeias, e incluídos na presente proposta de área indígena, em especial onde existe a aldeia de Tapi'itawa.

Outros sinais da ocupação Tapirapé são as capoeiras, antigas roças, próximas aos locais onde existiram suas aldeias e a existência de árvores frutíferas. Um exemplo disso são os pés de babaçu, trazidos do campo, e que existem próximos à aldeia de Tokynookwatawa, ao sul de Tapi'itawa.

3. Ocupação e utilização da área pelo grupo indígena

3.1. Demografia e saúde: população e aldeias Tapirapé

A população Tapirapé, cerca de 363 pessoas em dezembro de 1993, encontra-se atualmente vivendo nas aldeias de Tawyao, na A.I. Tapirapé/ Karajá e em Tapi'itawa, na região do Urubu Branco. Cerca de sessenta pessoas viviam na aldeia de Tapi'itawa em fevereiro de 1994.

Os Tapirapé encontram-se atualmente num acelerado processo de recuperação populacional. Conforme se vê pela análise da distribuição da população por faixas etárias, o grupo etário mais numeroso é o de menores de 15 anos, o que permite antever com absoluta segurança um grande aumento populacional nas próximas décadas. Cerca de 60% de sua população atual tem menos de 15 anos. Atualmente são comuns entre os Tapirapé avôs e especialmente avós com menos de 40 e mesmo de 30 anos. Qualquer visitante, mesmo numa rápida visita às suas aldeias, não deixa de se surpreender com a quantidade de crianças e jovens.

Esses números apontam, inequivocamente, para a continuidade de seu crescimento populacional nas próximas décadas. Os Tapirapé são um dos grupos indígenas brasileiros com a maior taxa de crescimento populacional do país.

A existência de uma grande população infantil ocasiona, no entanto, uma série de consequências sobre a vida dos adultos. Sua alimentação exige uma carga de trabalho bastante intensa e o calendário ritual muitas vezes ressentem-se dessa falta de tempo para outras atividades que não as imediatamente ligadas à subsistência.

A evolução de sua população, malgrado seu acentuado crescimento, no entanto, conseguiu elevar o contingente da população Tapirapé, em 1994, a apenas 25% do que era em 1900. Caso se mantenha esse ritmo de crescimento populacional, cerca de 100% a cada dez anos observado nas últimas três décadas, é de se prever que os Tapirapé terão, no ano 2.000, uma população de 640 pessoas. No ano 2.010, em todo caso, terão uma população de aproximadamente 1.280 pessoas, que se aproximaria àquela que tinham no início do século XX.

3.1.1. Evolução da população Tapirapé entre 1900 e 1994:

A redução da população Tapirapé em consequência de epidemias iniciou-se muito antes do contato definitivo com a sociedade brasileira. Visitantes Karajá ou contatos esporádicos não anotados pela bibliografia trouxeram malária e gripe antes de 1900. Essas doenças se manifestaram de forma epidêmica, causando considerável mortandade. Entre 1900 e 1910 irrompem novas epidemias, dessa vez de gripe, varíola e malária, que dão continuidade à depopulação. Os contatos esporádicos com a população brasileira depois de 1912 trazem epidemias de gripe que se complicam com pneumonia e causam grande mortandade no início da década de 30.

A população Tapirapé, em trinta anos, despencou de aproximadamente 1.500 pessoas em 1900 para menos de 200 no final da década de 30. A população das cinco aldeias do início do século encontrava-se reunida em apenas duas (Xexotawa e Tapi'itawa) em 1947, cujas populações, somadas, não chegavam a 100 pessoas (Baldus apud Wagley 1988, 61).

As cinco aldeias Tapirapé existentes em 1900, refletindo esse quadro geral de perda de população, tiveram uma primeira redução em seu número nos anos de 1905 e 1908: os habitantes de Arapatawa e Moo'ytawa eram tão poucos que tiveram que se incorporar às aldeias remanescentes. Na década de 30 outras duas aldeias, Xexotawa (em 1939) e makotawa (em 1930 ou 1932) extinguíram-se e os remanescentes refugiaram-se em Tapi'itawa, nessa altura a única aldeia Tapirapé. As epidemias impediam também o êxito dos que pretendiam separar-se e isolar-se dos visitantes nacionais ou de outros grupos indígenas. Em 1932, uma dissidência com aproximadamente um terço dos habitantes de Tapi'itawa, foi duramente atingida por epidemias de gripe e tuberculose que causaram a morte de grande parte dos separatistas, inclusive de seu líder, Ikaraxo, forçando os sobreviventes a retornarem a Tapiitawa no ano seguinte (Baldus 1970, 74).

Como a atestar o declínio da população Tapirapé, em 1947, num minucioso recenseamento dos habitantes de Tapi'itawa, Herbert Baldus não encontrou nenhum avô ou avó, nem ninguém com mais de 50 anos. Nesse mesmo ano, a redução da base da pirâmide demográfica, com a drástica diminuição do número de crianças, marcava a impossibilidade de crescimento do grupo num futuro próximo. Dada a impossibilidade da população infantil suficiente para repôr a população adulta que desapareceria por extinção biológica natural, era perfeitamente provável o desaparecimento do grupo em poucas décadas. Embora o período de perda maciça de população tenha se dado entre 1900 e 1930, seu pique foi entre 1947 e 1950 em função de epidemias e, em escala muito menor, de ataques Kaiapó e Karajá.

Para se avaliar evolução da população Tapirapé entre 1950 e 1970 é preciso que nos reportemos para a situação concreta de cada uma das tres aldeias existentes até essa época, cada uma delas sujeita a processos históricos bastante diferenciados.

A evolução da população Tapirapé, no período que vai de 1950 a 1970, variou muito conforme o histórico de cada aldeia específica.

A população de Tawyao, a aldeia nova, nesse período, sofreu grande incremento, com a garantia mínima de terras por parte da Funai, a assistência de saúde por parte das Irmãzinhas de Jesus e o término de deslocamentos forçados de população devido a ataques de outros grupos indígenas.

Já os grupos das aldeias de Xexotawa e Xoatawa, que continuaram isolados na região do Urubu Branco até 1970, tiveram um destino bastante diferenciado. Sua população diminuiu continuamente em função da fome motivada pelo seguido abandono de territórios, impossibilidade de praticar agricultura regularmente, isolamento, doenças, ataques de Kaiapó e de animais selvagens etc.

No período em que se separaram de seus companheiros de Tapi'iatawa, por volta de 1946, os de Xexotawa perfaziam "menos de 20 pessoas" (idem, 63), representando pouco menos de um terço da população de Tapi'itawa (51 pessoas em 1953).

De 1946 a 1970 esse grupo de Xexotawa foi dividido em dois grupos locais (Xexotawa e Xoatawa) devido a um ataque Kaiapó e reduzido a oito pessoas, pelas vicissitudes vistas acima. Nesse mesmo período os de Tawyao, na aldeia nova, experimentaram grande crescimento de população, passando para 136 pessoas em 1976.

Grosso modo, pode-se dizer que depois da reunião do total da população Tapirapé em 1970 em Tawyao iniciou-se um vigoroso processo de recuperação populacional, conforme se vê pelo quadro abaixo.

População Tapirapé (1953- 1991)

1900	1500	Wagley (1988, 49)
1912	1000-1500	Mandacaru apud Wagley (1988, 57)
1939	187	Wagley (1988, 60)
1947	"menos de 100"	Baldus apud Wagley (1988, 61)
1953	51(*)	Wagley (1988, 65-66)
1955	55(*)	Baldus (1970, 75)
1965	79(**)	Wagley (1988, 65-66)
1976	136	Funai (apud Wagley: 1988, 66)
1988	254	Irmãzinhas de Jesus (dados de campo)
1989	262	Irmãzinhas de Jesus (dados de campo)
1990	284	Irmãzinhas de Jesus (dados de campo)
1991	309	Irmãzinhas de Jesus (dados de campo)
1993	363(***)	Irmãzinhas de Jesus (dados de campo)

(*) Excluídas as populações de Xoatawa e Xexotawa

(**) Excluído o grupo de Xoatawa

(***) Incluindo-se grupos domésticos formados por Karajá e Tapirapé

População Tapirapé em dezembro de 1993

Homens

menos de 15 anos (incl.):	108
16 a 30 anos (incl.):	46
mais de 31 :	37
Total população masculina:	191

Mulheres

menos de 15 anos (incl.) :	105
16 a 30 anos (incl.):	35
mais de 31 :	32
Total população feminina:	172

Total da população Tapirapé: 363

Fonte: registros da Missão e da enfermaria do P.I. Tapirapé

3.1.2. Saúde

Fator importante nessa recuperação populacional foi a regularização da assistência médica e educacional. A assistência na área de saúde tem sido feita de forma complementar pela Funai e pela Missão das Irmãzinhas de Jesus. A respeito da assistência à saúde vale a pena salientar o sucesso do projeto implantado pelas Irmãzinhas a partir de 1952 que treinou e capacitou atendentes e enfermeiros indígenas, que hoje em dia são os grandes responsáveis pelo atendimento. Alfabetizados e bem treinados desempenham com desenvoltura suas tarefas, onde se incluem diagnósticos, tratamentos, indicações de medicamentos, redações de encaminhamentos de doentes e tarefas de laboratoristas, como elaboração e análise de lâminas para identificação de tuberculosos e de tipos de malária.

O aumento gradativo de população tem exigido, cada vez mais, uma maior produção de alimentos. Nesse sentido as roças tem sido insuficientes e a importância da caça, uma rica fonte de proteínas, tem diminuído gradativamente. Os resultados da

pesca, importante fonte de proteína animal, tendem a diminuir, devido à pesca predatória por parte de "mariscadores" (pescadores profissionais) e da concorrência da pesca desenvolvida por pescadores regionais. A proximidade com a cidade de Santa Teresinha e a entrada de produtos de baixo valor alimentício (como bolachas, sucos artificiais, macarrão etc), adotados devido à diminuição da importância de itens anteriormente conseguidos em atividades de coleta durante o verão. Esta queda da qualidade da alimentação do grupo tem como consequência a redução da resistência orgânica, que se manifesta através da maior incidência de tuberculose nos últimos anos.

Quadro de incidência de tuberculose

Período	Número de casos
1950- 1979	4
1980- 1984	3
1985- 1988	6

Fonte: registros da Missão das Irmãzinhas de Jesus

Observa-se elevado índice de malária nos últimos anos - chegando a atingir mais de 30 casos por mês - não só na aldeia mas em toda a região. Coincide com o aumento da população volante dos garimpos. A SUCAM prossegue com as borrificações, mas estas não apresentam resultados satisfatórios. O fato de se fazer na aldeia o diagnóstico microscópico possibilita tratamento mais rápido e correto.

Contaminação de alimentos e parasitoses intestinais são causas de diarreias frequentes. Na região é elevada a incidência de amebíase intestinal, comprovada por exames laboratoriais. Surto de diarreias com presença de sangue nas fezes e conjuntivite ocorrem simultaneamente na cidade de Santa Teresinha e na aldeia de Tawyao.

3.2. Caracterização da economia Tapirapé e a A.I. Urubu Branco

Compelidos a viverem numa região muito distante de sua região de origem, os Tapirapé encontram atualmente sérias dificuldades para seu sustento econômico. Sua permanência na atual Área Indígena Tapirapé/ Karajá tem sido possível em boa parte pela utilização complementar do território do Urubu Branco. O que se pretende nesse item 3.2. é apresentar

um perfil econômico do grupo, as razões do esgotamento dessa zona de refúgio e o uso que fazem de sua região tradicional, o Urubu Branco.

Os Tapirapé podem ser descritos como um povo de agricultores. Os autores que estudaram o grupo classificam-nos, em primeiro lugar, como agricultores (Wagley 1988, 51-52 e Baldus 1970, 165). Pelo menos desde o século passado, exploraram territórios que combinavam florestas de matas altas, propícias ao estabelecimento de roças e caça, com a proximidade de áreas marginais aos afluentes do Araguaia, ricas em lagos para pesca, e próximas aos campos onde se dedicam, sazonalmente, à uma intensa coleta de uma grande variedade de espécies silvestres, cocos, mel e ovos de quelônios.

Uma aldeia, segundo a concepção Tapirapé, deve-se localizar próxima às roças. O conceito de aldeia e roça se confundem. Em certos períodos, como na colheita no início do ano, os Tapirapé chegam a morar em abrigos construídos em meio às suas plantações. Todo o calendário religioso do grupo está ligado à maturação dos produtos agrícolas.

A agricultura itinerante utilizada pelos Tapirapé até a década de 40, quando tinham um imenso território à sua disposição, deu lugar, atualmente, a um aproveitamento mais intensivo dos terrenos propícios à agricultura. Hoje em dia é comum o estabelecimento de roças em capoeiras (roças velhas) e de plantios nos mesmos locais que já aproveitam há muitos anos. O abandono do sistema tradicional e o esgotamento dos terrenos próximos à área de refúgio para onde foram transferidos no início da década de 50 fez com que o rendimento da agricultura fosse muito reduzido. Apesar de terem transformado substancialmente seu sistema de plantio e aproveitamento do solo não conseguiram realizar sua vocação agrícola na A.I. Tapirapé/ Karajá.

Suas atividades agrícolas incluem derrubadas anuais para o estabelecimento de novas roças. Isso fez com que, ano a ano, suas roças ficassem mais longe da aldeia já na década de setenta.

Atualmente as espécies mais cultivadas são (por ordem de importância): (1) mandioca brava para o fabrico de farinha, (2) milho, (3) arroz, banana, mamão, (4) mandioca mansa, aipim, cará, batata doce, (5) abóbora, amendoim, andu (tipo de feijão), (6) algodão e outras espécies menos importantes. Próximo às casas mantém pés de urucum, mangueiras e cuité, utilizada para fazer *kari*, uma bolsinha muito vendida como artesanato. Não se planta mais fumo porque os Tapirapé afirmam ter perdido as sementes. Atualmente vendem, em pequena escala, banana na cidade de Santa Teresinha.

Tradicionalmente, à medida que as roças ficavam muito longe da aldeia os Tapirapé mudavam essa última para suas proximidades. Wagley calcula que eram precisos cerca de vinte anos para que a floresta pudesse se recompor e o local ser novamente ocupado (1977, 51). Atualmente as novas condições de vida a que estão sujeitos os Tapirapé fê-los abandonar esse rodízio de aldeias dentro de um território cíclicamente ocupado. As roças, hoje em dia, localizam-se comumente a 15 ou 20 quilômetros longe da aldeia. Essa distância é excessiva aos Tapirapé, que a percorrem diariamente a pé, e carregados de gêneros agrícolas na volta.

Sob o ponto de vista da agricultura, o potencial da A.I. Tapirapé/ Karajá é muito limitado e o perfil de aproveitamento econômico da área é incompatível com o de um povo eminentemente agricultor como os Tapirapé. Mais de 60 % de suas terras são baixas e anualmente submergidas pelas águas. Outra parte importante são pastos e terrenos arenosos ou impróprios para a agricultura. As partes aproveitáveis, ao norte e noroeste da aldeia Tawyao, encontram-se bastante bem exploradas. O estabelecimento de uma nova aldeia Karajá a aproximadamente 500 metros de sua aldeia fez com que se aumentasse a disputa sobre os terrenos agricultáveis.

Com o aumento explosivo de sua população e a necessidade de novas roças, os Tapirapé tem como próximo o esgotamento definitivo dos terrenos agricultáveis no interior da Área Indígena. A possibilidade de que no futuro a população Tapirapé possa realizar sua vocação agrícola nessas terras é questionada por eles mesmos. A fome é uma sombra que ameaça, a curto prazo, a sobrevivência do grupo e seus efeitos já se fazem sentir na saúde do grupo, como vimos no item anterior.

Uma prova disso são as frequentes compras de farinha, sua mais importante fonte de amido, nos últimos dez anos, em Santa Teresinha. Até 1980, aproximadamente, os Tapirapé não só produziam toda a farinha de que necessitavam como ainda chegavam a vender parte da produção para a população regional vizinha.

A exiguidade da atual reserva indígena em termos agrícolas, e a dificuldades que seu exercício implica hoje em dia, fez com que os Tapirapé enfatizassem, cada vez mais, atividades não tradicionais, como produção de artesanato, pesca e criação de gado, como complementos à sua subsistência. Ainda assim, alterando seu regime econômico e tentando se adaptar ao seu confinamento numa área não propícia à sua economia e para onde foram compelidos a viver, o sucesso dessa adaptação é duvidoso.

A chegada, em 1949, à foz do Tapirapé, uma região rica em lagos piscosos, fez com que a pesca aumentasse

consideravelmente sua importância na subsistência Tapirapé. A caça sem dúvida teve sua importância diminuída em relação à pesca em tempos recentes. Através da caça, no entanto, os Tapirapé conseguem uma importante fonte de proteína animal alternativa ao peixe. Caçadas coletivas ou individuais são feitas regularmente, principalmente durante o auge da estação das chuvas (fevereiro e março) nas proximidades da aldeia de Tawyao e na região do Urubu Branco. O produto da caça é a praticamente a única proteína animal de que o grupo dispõe durante a estação das chuvas.

A caça tem, além de sua importância na nutrição do grupo, uma função simbólica fundamental. É através da caça que os Tapirapé ativam boa parte da série sociológica através da qual o grupo se estrutura (ver adiante em 3.5.). Somente as caçadas coletivas permitem a atuação conjunta dos *wyra*, as "sociedades de pássaros", e dos "grupos de comer", os *tataopawa*. As caçadas rituais são o início e condição *sine qua non* para a realização da festa de iniciação dos jovens, seu mais importante conjunto cerimonial religioso, através dos quais são "produzidos" os novos membros da sociedade Tapirapé.

É por esta importância simbólica e religiosa dada à caça que os Tapirapé se deslocam regular e anualmente para a serra do Urubu Branco. Enfrentam grandes dificuldades para tanto: a má-vontade e arrogância dos neo-ocupantes da área que se julgam no direito de proibí-los de frequentarem o território que percorrem secularmente. Pulando cercas, evitando estradas e sedes de fazendas, disfarçando seus rastros os Tapirapé enfrentam todo tipo de dificuldades para praticarem os ritos que constituem sua religião.

As espécies mais procuradas pelos Tapirapé devido ao seu valor na alimentação são: o porco queixada (*Dicotyles albirostris*), porco caetetu (*Dicotyles tayassu*), paca (*Coelogenys paca*), cotia (*Dasyprocta*, sp.), tamanduá-badeira (*Myrmecophaga jubata*), jabuti (*Testudo tabulata*), quati (*Nasua narica*), macaco-prego (*Cebus*, sp.), tartaruga (*Podocnemis expansa*) e seus ovos, tracajá (*Podocnemis unifilio*) e seus ovos, veado-campeiro (*Dorcelaphus bezoarticus*), veado-mateiro (*Mazama americana*) tatu (*Euphractus sexintus*), guariba (*Alouatta*, sp.), anta (*Tapirus americanus*) e pato-do-mato (*Alopochen discolor*) dentre outros.

A relação é basicamente a mesma anotada por Wagley (1988, 87-88) e a única ressalva a se fazer é que, devido a escassez da carne verificada nos dias de hoje, a maioria dos espécies interditas devidos a tabus alimentares, como espécies de veado e tatu, tiveram seu consumo atualmente permitido a sexos e grupos etários aos quais, até a década de 40 e 50, eram interditos.

Para terminar a caracterização da caça falta apenas registrar que essa atividade tem para eles outra importância além da econômica e religiosa. Povo de floresta, os Tapirapé tem pela caça uma atração quase lúdica, o que para o habitante de cidades parece um contrasenso dado o desconforto que implica a atividade. A caça, ao contrário da pesca, empolga-os. Em dezembro de 1993, bastava alguém gritar que foram vistos porcos do mato nas proximidades que homens armados de rifles, arcos e flechas e bordunas saíam em louca correria na sua perseguição. Os Tapirapé tem necessidade lúdica, alimentar e religiosa de caça.

A coleta é feita individualmente pelas famílias, que excursionam, durante o verão, pelos campos cerrados abertos, também chamados de "savana", inundados durante o inverno quando se transforma no "varjão" típico da região do Araguaia. Segundo um levantamento feito pelos alunos da escola Tapirapé em 1988, o grupo coleta 47 espécies de frutas silvestres. Dentre elas, ressalta-se, pela sua importância, o pequi. O conjunto das espécies coletadas pelos Tapirapé é uma importante fonte de alimentos. Possuem um profundo conhecimento botânico da região e aproveitam as espécies vegetais de forma intensiva durante a época de estio. O que para os regionais é "o campo", utilizável somente pelo gado, para os Tapirapé é um imenso mostruário de espécies vegetais úteis e vitais à sua subsistência. Além de excursões familiares para a coleta em regiões mais distantes é muito comum mulheres e crianças excursionarem, para este fim, pelos cerrados próximos à aldeia.

A coleta é feita de forma combinada com a pesca, quando os habitantes da aldeia vão para o cerrado, acampando na beira de lagos e dedicando seu tempo à pesca e procura de ovos de tartarugas nas praias, frutas silvestres, mel e cocos e explorando as matas galerias das proximidades. A coleta do mel para festas rituais é feita pelas sociedades *wyra* (ver adiante em 3.5.).

A pesca é feita principalmente durante o verão em lagoas, pequenos córregos e desaguadouros, através de da utilização de armadilhas, do flechamento de peixes em locais pouco profundos, de envenenamento da água com o cipó timbó ou então com rede e arpão. Estes dois últimos métodos são empregados principalmente na pesca ao pirarucu. A pesca é também feita durante o inverno, apesar demais difícil e menos rentável. Há também a pescaria de "espera", onde homens fazem jirais em árvores ou paus próximos à beira do rio e lá ficam esperando a passagem do peixe para flechá-lo.

O artesanato é atualmente sua mais importante e praticamente única atividade comercial através da qual conseguem o dinheiro que lhes faz tanta falta para a aquisição de gêneros que se tornaram indispensáveis como artigos de ferro, roupas, armas e munição para caça, sal etc. Seu

artesanato consiste basicamente na elaboração de artigos de cestaria, arcos e flechas, remos, lanças, cuias decoradas, bordunas, plumária e a famosa *tawá*, "cara grande". São em geral, artigos de excelente qualidade em termos de material empregado, confecção e acabamento. O comércio é feito através de barcos de comércio "regatões" e turistas que visitam a aldeia no verão. A Artíndia da Funai e diversos compradores, representantes de lojas especializadas em artesanato indígena do sul do país, compram sua produção regularmente. Esta é revendida em S. Félix do Araguaia, Goiânia, Brasília, São Paulo. Outros compradores revendem as peças, especialmente plumárias, no exterior, com boa margem de lucro. Os Tapirapé também empreendem, por conta própria, viagens ao sul do país para venda de seu artesanato.

A atual reserva onde vivem não lhes fornece matéria prima, seja de origem vegetal ou animal, suficiente para a fabricação de artesanato de uso ou para venda. Esta é uma das razões econômicas mais importantes, juntamente com a caça, para sua frequência na região do Urubu Branco. Esta região sempre foi o "depósito natural" dessas matérias primas, sem as quais os Tapirapé se veriam privados de utilitários e de matéria prima necessária à fabricação de artesanato para venda.

A criação de gado, parece responder a essa necessidade de procurar novas formas de subsistência dentro de um espaço limitado. A criação de gado pelo grupo tem dado bons resultados e atualmente o rebanho é mantido por vaqueiros indígenas. Os Tapirapé são, dentre os grupos ligados à administração do Parque Indígena do Araguaia, os únicos cujo rebanho bovino apresenta crescimento contínuo, evitando-se vendas ou abates descontrolados. Seu rebanho bovino, cerca de 200 cabeças de gado, atualmente aos cuidados de vaqueiros Tapirapé, assalariados pela comunidade. Apesar de desconhecerem boa parte dos fundamentos da pecuária esta foi a forma encontrada para se livrarem dos constantes desfalques promovidos pela cupidéz dos vaqueiros regionais que contratavam, que vendiam parte do rebanho para criadores de Santa Teresinha.

3.3. Intercâmbio sócio- econômico com a sociedade envolvente

Em relação aos demais grupos indígenas brasileiros, os Tapirapé revelam uma surpreendente adaptação aos novos tempos em que vivem. Com efeito, apesar de conviverem há cerca de quarenta anos com representantes da sociedade nacional numa área que, por suas características físicas, não é propícia ao desenvolvimento da economia agrícola do grupo, os Tapirapé conseguiram, com muito esforço, equilibrar suas demandas com a sociedade envolvente.

Os Tapirapé estão muito longe de terem contato cotidiano com seus vizinhos regionais. Apesar da relativa proximidade com a cidade de Santa Teresinha (cerca de 30 km), seus contatos com regionais são socialmente insignificantes. Não existem relações sociais de monta entre as duas sociedades. Não existem casamentos mistos de Tapirapé com regionais. Não existem relações de compadrio ou vínculos sociais fortes. As relações se limitam a jogos de futebol, participações em churrascos promovidos na aldeia ou fora dela etc. Os Tapirapé, grosso modo, desconfiam muito das intenções dos "brancos" em relação a eles. Em termos economicos privilegiam sua autonomia, o que faz com que se ressintam muito da necessidade de terem que comprar farinha no comércio local quando a produção de algumas de suas unidades domésticas se revela insuficiente. Essa busca de autonomia economica, limitada pelas características da área em que vivem, faz com que anseiem pela solução legal da questão do Urubu Branco, permitindo-lhes estabelecerem-se definitivamente na sua área tradicional.

A existencia de diversos aposentados pelo Funrural e a entrada constante de salários originários da Escola Estadual de Primeiro Grau Tapirapé, custeada pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Mato Grosso, e da Prefeitura de Santa Teresinha, que remunera os atendentes indígenas da Enfermaria, faz com que haja uma entrada constante e regular de dinheiro na aldeia. A venda ocasional de gêneros agrícolas na cidade de Santa Teresinha também contribui para essa entrada de dinheiro na comunidade. Os Tapirapé utilizam-no para a compra de sal, artigos de ferro e roupas que lhes fazem muita falta. Ao contrário de muitos grupos indígenas, no entanto, os Tapirapé revelam-se extremamente zelosos no cuidado desses objetos de origem ocidental. Ferramentas são conservadas anos a fio e usadas até o limite. Roupas são lavadas e cuidadas. As doações feitas pela FUNAI são criteriosamente utilizadas e apropriadas pela comunidade em seu conjunto, sejam sementes, implementos agrícolas etc. Os Tapirapé, nesse sentido, afastam-se de seus vizinhos Karajá que, acostumados às doações constantes, não revelam o mesmo cuidado que eles, aproximando-se do perfil de sociedades indígenas tradicionais e materialmente não acumulativas.

Graças ao sucesso do projeto educacional implantado na aldeia, a maioria esmagadora dos Tapirapé com menos de trinta anos sabe ler e escrever, em sua própria língua e em português. Graças a isso, curiosamente, os Tapirapé fazem boa parte de suas compras através do serviço de reembolso postal.

Uma outra consequencia da alfabetização e da maior compreensão da sociedade que os cerca foi a eleição nas últimas eleições de um vereador Tapirapé, Paulo Ararawytygi, para a Câmara Municipal de Santa Teresinha. Praticamente

todos os eleitores Tapirapé votaram de forma massiva no candidato da comunidade. Muitos eleitores "brancos" de Santa Teresinha também votaram em Ararawytygi. Os Tapirapé parecem ter se inspirado no exemplo dos vizinhos Karajá, que já elegeram representantes para as Câmaras Municipais de Luciara, Santa Teresinha e São Félix do Araguaia. Longe de se afastar da comunidade, o vereador Tapirapé "traduz" e traz para a comunidade os temas e o que ocorre na Câmara. Projetos de interesse da comunidade Tapirapé também são levados e encaminhados através da Câmara e de seu representante. A participação desse representante Tapirapé traz para a cidade de Santa Teresinha os problemas e interesses da parte indígena da população do município que, longe de constituírem-se em um corpo estranho, passam a integrar-se na comunidade regional mais ampla.

3.4. Intercâmbio sócio-econômico com outros grupos indígenas da região

Os grupos indígenas com os quais os Tapirapé mantêm, historicamente, mais relação, são os das famílias linguísticas Karajá e Kaiapó, ambos do tronco Macro-Jê. Dentre os primeiros destacam-se os Javaé, com os quais mantiveram relações pacíficas e posteriormente hostis no século passado, como já vimos atrás; com os Karajá propriamente ditos mantêm relações mais próximas no tempo: desde a metade do século passado até o presente. Principalmente os grupos Karajá setentrionais costumavam visitá-los durante a estação seca quando o grupo se encontrava nos campos ao sul da serra do Urubu Branco. Eram expedições de comércio que não raro degeneravam em choques armados, emboscadas ou surpresas sangrentas. A tônica das relações entre os dois grupos, do final do século passado até 1950, quando passaram a compartilhar a mesma área indígena, parece ter sido essa alternância de escaramuças e reduzido intercâmbio social. Próximo a um local denominado *Tyha*, na beira do rio Tapirapé ao sul da serra do Urubu Branco, os Tapirapé assinalam dois cemitérios de guerreiros Karajá mortos aproximadamente em 1905 ou 1910 em dois grandes combates havidos no campo. Os Karajá procuravam, sobretudo, pilhar os bens dos Tapirapé e raptar crianças e mulheres. Com efeito, boa parte dos visitantes ocidentais que estiveram entre os Karajá setentrionais, no fim do século XIX e início do presente, registram mulheres, moças e crianças Tapirapé que viviam como cativos (Baldus 1970, 45).

Já suas relações com os Kaiapó foram hostis desde o final do século passado até o final da década de 40 e 50, quando foram registrados os últimos ataques dos Kaiapó às aldeias de Tapi'itawa e Xexotawa. Diversos indivíduos Tapirapé raptados também foram registrados vivendo entre os Kaiapó Mekubengokré (Baldus 1970, 45) no início do século e, mais recentemente, entre os Mentuktire e Gorotire. Contatados os

Últimos grupos Kaiapó a partir da década de 60 diversos Tapirapé foram recambiados ao grupo. Outros, como o homem Paky, preferiram permanecer vivendo entre os Kaiapó, onde haviam constituído família. Apesar do passado sangrento as relações dos Tapirapé com os Kaiapó se normalizaram, principalmente através da ação dos Tapirapé que lá viviam, e hoje são cordiais. Em seus encontros em Brasília os representantes dos dois grupos reconhecem que já passou o tempo das lutas e os Kaiapó, inclusive, prometem apoiá-los na sua luta pela recuperação do Urubu Branco, contra o adversário comum: as grandes fazendas e grupos econômicos.

Depois da instalação de parte do grupo junto ao Posto Indígena da Funai em 1950 e próximo à aldeia Karajá de Itxala (112 pessoas em 1992), também conhecida como "aldeia da barra", normalizaram-se as relações entre os Tapirapé e os Karajá. Iniciou-se um profundo intercâmbio social entre os membros dos dois grupos indígenas.

Atualmente existem, morando na aldeia Tapirapé, cerca de aproximadamente dez casais "mistos", isto é, formados por homens Tapirapé e mulheres Karajá. Apenas um casal é formado por mulher Tapirapé e um homem Karajá. Estas uniões, iniciadas já na década de 50 e 60, respondiam, inicialmente, a uma necessidade de recomposição populacional do grupo, que sofreu uma forte depopulação. Havia, sobretudo, uma grande escassez de mulheres, o que fez com que muitos jovens Tapirapé se casassem e fossem morar por um período junto aos pais da noiva, uma vez que os Karajá, como os Tapirapé, são matrilocais. Atualmente, no entanto, terminou a escassez de mulheres e, ao contrário, existe um grande número de jovens solteiras à espera de maridos na aldeia Tapirapé.

Os casamentos mistos que houveram são, na sua maioria, produtos do período de recuperação populacional, na década de 50 e 60. Muitos dos casais mistos já são hoje avós e avôs de crianças que, criadas em Tawyao, são mais Tapirapé que Karajá, apesar de seu domínio da língua e de boa parte da cultura Karajá. Poderia-se dizer que, em termos gerais, já se foi a época em que os Tapirapé tinham necessidade de conjuges Karajá. O fruto mais evidente, no entanto, dessa época de intensas uniões é o grande número de Karajá que hoje vivem em Tawyao agrupados na parte norte do círculo de casas que formam sua aldeia, numa espécie de "bairro Karajá". Boa parte deles trouxeram pais e irmãos para morarem juntos, tentando assim escapar da situação de penúria alimentar de suas aldeias e procurando a assistência de saúde regular e eficiente proporcionada pelas Irmãzinhas de Jesus, uma alternativa segura ao descontínuo e, em termos gerais, fraco atendimento de saúde proporcionado pela Funai através do Posto Indígena em Itxala.

Foi também procurando escapar ao alcoolismo e à hegemonia política do grupo familiar dominante na aldeia Karajá de

Itxala que se formou em 1990, a apenas 500 metros da aldeia Tapirapé de Tawyao, uma nova aldeia Karajá, denominada Tytema. Formada por duas grandes famílias extensas unidas pelos casamentos de seus filhos, a pequena aldeia de Tytema reunia em dezembro de 1993 cerca de 42 pessoas. Boa parte desses Karajá são evangélicos, em boa parte como resposta ao já mencionado problema que os Karajá enfrentam com o alcoolismo.

A convivência com os Karajá que residem na aldeia e com os de Tytema traz uma série de problemas aos Tapirapé. O primeiro e mais importante deles é o aumento da demanda de áreas agricultáveis. Estas que já se tornavam escassas para a população Tapirapé, tornaram-se ainda mais raras com a chegada dos novos vizinhos de Tytema e do constante ingresso de novos Karajá em Tawyao. Um outro problema diz respeito aos direitos que os Karajá alegam ter às cabeças de gado do rebanho Tapirapé, abatidas para distribuição. Os Karajá também alegam que os Tapirapé estão na atual aldeia de Tawyao na condição de "hóspedes", porque sua região original é o Urubu Branco, e que portanto não tem direitos definitivos sobre o terreno em que vivem devendo-se portar mais como "convidados" e menos como "donos". A distribuição de doações e benefícios por parte do único Posto Indígena que atende os dois grupos indígenas é uma causa perene de discórdia. Lanchas "voadeiras", tratores e veículos, empregos e salários gerados pelo aparelho da Funai na área, os serviços do chefe do Posto são disputados pelos dois grupos em intermináveis discussões, onde os Karajá caracterizam os Tapirapé como "hóspedes egoístas" e estes últimos os consideram como "bêbados irresponsáveis".

O comportamento cultural dos dois grupos também afasta-os de maneira irremediável. Os Tapirapé, um povo de tímidos agricultores do interior da floresta, valorizam a discrição, a cordialidade e formas de etiqueta mais comedidas. Os Karajá, ativos comerciantes acostumados ao contato com povos e culturas estranhas, valorizam a constante auto-afirmação de indivíduos e de sua cultura frente às demais. As ruidosas discussões, brigas e casos de embriagues trazidos pelos Karajá à aldeia Tapirapé são consideradas por estes últimos como insuportáveis e ameaçadoras ao equilíbrio social. O alcoolismo, grave problema que aflige a maioria das comunidades Karajá, é visto pelos Tapirapé como problema que deve ser isolado e restrito às aldeias Karajá. Consideram, com boa parcela de razão, como insuportável a presença de Karajá alcoolizados em sua aldeia de Tawyao.

Os Tapirapé, em poucas palavras, já não desejam uma convivência tão estreita com os Karajá. Querem afastar-se desses últimos, recolhendo-se ao interior de uma área indígena exclusivamente sua, onde, segundo o depoimento de muitos Tapirapé, seria "proibida" a entrada dos Karajá. A luta pela A.I. Urubu Branco traduz, sob muitos aspectos,

esse desejo dos Tapirapé de se isolarem em relação aos Karajá. A recíproca também é verdadeira: os Karajá também anseiam pelo momento de se separarem de seus vizinhos, com os quais são obrigados a conviver numa área reduzida numa situação de confinamento forçado.

Recentemente, nas últimas décadas, os Tapirapé e outros grupos da família linguística Tupi-Guarani foram contatados e gozam de contato permanente com a sociedade nacional. Os Tapirapé e outros grupos dessa família linguística iniciaram um intenso intercâmbio cultural e político. Visitas e assembléias "Tupis" deram origem à Associação dos Povos Tupi da Amazônia da qual os Tapirapé fazem parte e dividem tarefas de coordenação. Uma das mais importantes lideranças do grupo, José Pio Xywaeri, inclusive, é o atual coordenador da Associação, que se reúne anualmente nas aldeias dos grupos componentes.

3.5. A área do Urubu Branco e a continuidade da cultura Tapirapé: distribuição espacial e organização social

Uma aldeia Tapirapé se compõe de casas dispostas em círculo ao redor da casa dos homens, a *takara*. Até a década de 50 as casas eram habitadas por famílias extensas compactas (ou seja, que viviam sob um mesmo teto). Uma família Tapirapé, idealmente, se compõe de um grupo de mulheres aparentadas (mãe, filhas e netas), representando duas a três gerações. Atualmente, no entanto, a família extensa perde importância e a família nuclear (o casal e seus filhos) é o grupo doméstico mais comum. A família nuclear, como se deduz através das mudanças ocorridas em sua terminologia de parentesco, é, também a mais estável unidade de parentesco atual (Shapiro: 1968, 22).

Além do parentesco, outro importante princípio organizativo da sociedade Tapirapé são as chamadas "sociedades de pássaros" ou, simplesmente, *wyra*. Exclusivamente masculinas, essas sociedades recebem nomes de pássaros e são divididas em dois grandes grupos, "metades", que por sua vez são compostas por grupos de idade: dos homens mais velhos, homens maduros e jovens. Um homem liga-se à "sociedade de pássaro" de seu pai. À medida que um indivíduo cresce vai passando ao outro grupo de sua própria metade. As *wyra* atuam competitivamente como grupos de caça, de trabalhos cerimoniais, de canto, em tarefas agrícolas, construção de casas etc. Boa parte dos trabalhos coletivos dos Tapirapé são feitos através de seu intermédio.

As *wyra* dividem a população masculina em duas metades, sendo cada metade dividida em tres classes de idade. Wagley (1988, 117) se refere a essas metades como sendo formadas por "pássaros brancos" e "papagaios", organizados da seguinte maneira:

Sociedades de pássaros- *Wyra*

pássaros brancos	faixa etária	papagaios
<i>wurachinga</i>	jovens: 10- 16 anos	<i>wurankura</i>
<i>wuranchingió</i>	homens maduros: 16- 35	<i>anancha</i>
<i>wuranchingó</i>	homens mais velhos: 35-55	<i>tanawe</i>

 (Extraído de Wagley 1988, 117)

Os "grupos de comer", *tataopawa*, outro princípio organizativo da sociedade Tapirapé, como seu próprio nome indica, reúnem-se para o consumo de alimentos. Atualmente tem função basicamente cerimonial. Até o final da década de 40, no entanto, atuavam como reguladores, reunindo-se para a distribuição e consumo de alimentos (Wagley: 1977, 15). São grupos de consumo de alimentos (da roça, caça, coleta etc) intermediários entre a aldeia e o grupo doméstico. Os "grupos de comer" constituem laços que unem pessoas de casas diferentes, formando uma única unidade social. A transmissão ao "grupo de comer" específico se faz através daquilo que os antropólogos chamam de bilinearidade homossexual (os filhos pertencem ao grupo do pai e as filhas ao da mãe). Wagley cita oito grupos de *tataopawa* (aqui registrados segundo sua grafia original):

Grupos de comer- *Tataopawa*

ampirapé (os primeiros)
maniutawera (os da mandioca)
awaiku (os da mandioca doce)
tawaupera (os da aldeia)
chakanepera (os do jacaré)
Chanetawa (os da nossa aldeia)
pananiwana (os do rio)
kawano (os da vespa)

 (extraído de Wagley 1988, 128)

A importância econômica das "sociedades de pássaros" e dos "grupos de comer", por seu papel na produção e consumo de alimentos é fundamental. A ela se soma sua importância na sua vida cerimonial do grupo. Através de uma alegre e antiga

rivalidade as "sociedades de pássaros" atuam competitivamente, como se fossem duas equipes esportivas.

Uma aldeia Tapirapé, idealmente, deveria ter uma população suficiente para prover de membros as "sociedades de pássaros" e os "grupos de comer". Sem essas unidades presentes, a atividade econômica e a vida cerimonial não poderiam funcionar (Wagley: 1988, 135). Atualmente, no entanto, com a diminuição de população (em relação à de 1900), sua concentração em apenas duas aldeias, ao brutal declínio do rendimento de suas atividades agrícolas e à reorganização de suas unidades produtivas, os Tapirapé, nas suas atividades econômicas tinham, já na década de 60, uma orientação mais individual que tinham em 1940 (Wagley: 1977, 79). Apesar da sobrevivência de formas de produção comunais, basicamente através das "sociedades de pássaros", pode-se dizer que estas tem assumido, cada vez mais, funções rituais e religiosas.

Politicamente, a sociedade Tapirapé é extremamente igualitária. Os líderes das diversas casas da aldeia mantêm contato diário, através de reuniões noturnas do coletivo dos homens no pátio da *takara*. Lá são discutidas todas as questões que digam respeito à comunidade. As principais funções do "cacique" atualmente dizem respeito à administração de alguns bens da comunidade, como a Caderneta de Poupança, a lancha "voadeira" e o gado. Estabelece também, em nome da comunidade, contato com terceiros, sejam índios ou brancos. O líder tem, basicamente, como principal virtude a capacidade de captar para onde vai o sentimento coletivo e articulá-lo em um projeto de ação coerente. O detentor da chefia formal não faz mais do que referendar decisões discutidas à exaustão pelo coletivo dos homens. Não existe, entre os Tapirapé, a figura de uma liderança forte, o "cacique" ou o "capitão", que se impõe aos demais apoiado em seu segmento residencial.

As atuais lideranças são indivíduos jovens, entre 30 e 40 anos, que falam bem o português, sabem ler e escrever. São surpreendentemente bem informados a respeito do noticiário nacional que acompanham através do rádio. Conquistaram papel de destaque durante o processo de enfrentamento com a Funai e fazendas durante as décadas de 70 e 80. São lideranças testadas e aprovadas pela comunidade no desgastante processo de negociações que lhes garantiu uma terra mínima para viverem em solo matogrossense, evitando seu despejo para a Ilha do Bananal. Constituem um perfil de liderança que contrasta com os antigos "caciques", em geral senhores na terceira idade, com domínio muito limitado do português e que não sabem ler nem escrever mas que tem sólido prestígio ritual e excelente domínio da cultura tradicional e história e que apoiavam-se, politicamente, na força de seus respectivos segmentos residenciais.

Para concluir essa breve caracterização da sociedade Tapirapé gostaria de enfatizar, com Wagley, as condições mínimas para sua sobrevivência. Os Tapirapé vivem em comunidades fortemente apoiadas na atividade agrícola. Suas roças lhes fornecem não só sua base de subsistência, como estruturam, juntamente com a caça, sua vida espiritual.

Essa base econômica e religiosa se realiza sobre um terreno propício à essa atividade: matas altas não inundáveis. Somente esse ecossistema permite a existência e a operacionalidade dos princípios que organizam uma aldeia: (1) os grupos de parentesco, (2) as sociedades de pássaros e (3) os grupos de comer. Na ausência dessas unidades constitutivas, as atividades econômicas e a vida ritual deixariam de existir (Wagley 1988, 135) e a sociedade Tapirapé deixaria de existir.

Essa situação de crise social não é um miragem distante, existente na mente de antropólogos supostamente preocupados em manter o grupo num estado cultural "primitivo". É, antes, uma realidade que se traduz, atualmente, na: (1) dificuldade de se manter a vida ritual e religiosa num quadro de baixíssimo rendimento agrícola, numa área não compatível com o estilo de vida do grupo, e (2) com a orientação menos comunitária e mais individual de sua vida econômica como um todo já registrada por Wagley como vimos acima.

Uma aldeia Tapirapé, segundo as estimativas de Wagley deveria ter ao redor de 200 pessoas, para garantir sua reprodução física e cultural (idem, 135). A atual aldeia de Tawyao, nesse sentido, poderia ser descrita como uma aldeia "inchada", com seus quase 400 habitantes em novembro de 1993 e baseada em um território atípico e insuficiente para o sustento de sua população e cultura própria. Foi por esta razão, e pelo desejo de garantir a posse do terreno que ocupavam na serra do Urubu Branco, que os Tapirapé acreditaram ter "chegado a hora", já há pelo menos uma década, de garantirem a base legal que, no mundo dos brancos que os cercam, lhes permitirá a continuidade do uso do território, base do seu modo de vida e de sua identidade cultural Tapirapé.

A sobrevivência do grupo até o presente tem se garantido através da intensa exploração agrícola de sua área de refúgio, a A.I. Tapirapé/ Karajá (até seu esgotamento como já vimos acima), combinada com a exploração ininterrupta do território do Urubu Branco, em expedições religiosas e de caça e coleta. O que os Tapirapé pretendem, com seu desejo de oficializar sua presença de fato e de direito na região do Urubu Branco, é garantir seu desejo de permanecerem, como já dissemos, Tapirapé, de manterem sua identidade étnica diferenciada apoiados na exploração de um ecossistema característico e que utilizam desde o século passado.

3.6. O significado histórico e religioso da A.I. Urubu Branco

A A.I. Urubu Branco abrange parcela significativa daquilo que pode ser descrito rapidamente como sendo o "coração" do território Tapirapé.

Representa a área de mais intensa concentração e habitação ininterrupta do grupo pelo menos desde o final do século XVIII. Nessa região os Tapirapé vivem há muitas gerações e nela passaram a maior parte de sua história. Boa parte de sua tradição mítica também está intimamente associada à região. A região do Urubu Branco pode ser sucintamente descrita como berço mítico e cenário da história desse grupo Tupi.

Foi na região do Urubu Branco que se desenrolaram os fatos cruciais da história Tapirapé: os ataques Kaiapó, o comércio e entreveros com os Karajá, a saga dos grupos que permaneceram isolados por décadas em meio à mata e, finalmente, o contato com os "brancos". Somente por sua importância histórica para o Estado do Mato Grosso e por suas características ambientais, descritas no item 3.7., essa região mereceria ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e/ou pelo IBAMA. Mas a A.I. Urubu Branco é muito mais do que área testemunha da história e depositária das características ambientais da região. Ela é uma área viva, onde historicamente os Tapirapé baseiam sua subsistência e onde estão os referenciais básicos de sua cultura e religião. A seguir veremos, resumidamente, como história e religião Tapirapé se refletem no terreno da A.I. Urubu Branco.

3.6.1. História Tapirapé e a A.I. Urubu Branco

Como vimos no item 2.2. a implantação dos Tapirapé na região do Urubu Branco é relatada por um conjunto de mitos que descreve como os pioneiros Tapirapé implantaram-se na região. Sob a liderança de Xowawi'i, dirigiram-se para as proximidades da área compreendida pelos rios Urubu Branco e Gameleira e fundaram as mais antigas aldeias na região: Kanineytawa, Tokynookwatawa, Xakarewatawa, I'axoratawa, Ipirakwaritawa e Takarookywetawa. A região do Urubu Branco associa-se, portanto, ao conjunto de mitos que definem sua noção de territorialidade. Essas noções estão intimamente ligadas à noção de espaço social. O território da tribo é também um local social e histórico, uma vez que liga os Tapirapé que existiram com os que existem contemporaneamente. Vejamos um pouco mais de perto essa continuidade entre vivos e mortos baseada na continuidade de ocupação do espaço do Urubu Branco.

Os Tapirapé, como outros grupos Tupi, enterram seus mortos sob a rede em que dormiam. Dessa forma, o local de cada aldeia é também o local de seus mortos. A aldeia, e o local onde ela existiu, representa não só o local dos vivos mas também de seus mortos. As aproximadamente três dezenas de aldeias, listadas no item 2.2., que existem na região do Urubu Branco são o local de descanso de gerações e gerações de Tapirapé desde o século passado. Ainda que para os "brancos" uma aldeia abandonada seja só uma área de capoeira perdida no meio da mata, para os Tapirapé ela é, evidentemente, muito mais do que isso: é o cemitério onde estão seus pais, avôs, parentes e demais ascendentes. O respeito que devotam ao terreno ocupado por aldeias antigas reflete essa sacralização do território ancestral da tribo. A reivindicação pelo território do Urubu Branco, densamente pontilhado de aldeias, reflete esse cuidado em manter viva a lembrança de seus entes queridos que se encontram no local.

Em carta dirigida ao Ilmo. sr. Procurador Geral da república Wagner Gonçalves em 13.08.91 os Tapirapé iniciam a solicitação de providências legais por parte da FUNAI reclamando a integridade da área onde se encontram sepultados seus antepassados (ver anexos). Dois anos depois, em carta dirigida ao Exmo. sr. Ministro da Justiça Maurício Correia em 30.12.93 as lideranças Tapirapé comunicam o que para eles é um ato insuportável praticado por parte da fazenda Agroselva do grupo Lucrian: a destruição de sepulturas da aldeia Tapi'itawa para a formação de pastagem. Alertam que para eles a destruição de sepultura significa "guerra" (ver anexo). É fácil entendermos esses cuidados. O que sentiríamos, nós, os "civilizados", se as sepulturas de nossos pais e avôs fosse violada por um trator de esteira ou se transformasse em pastagem ?

A continuidade de sua presença na área do Urubu Branco, portanto, tem não só sentido econômico mas também religioso. Os Tapirapé, como nós, visitam regularmente seus "cemitérios vivos", os locais onde passaram parte de suas vidas e onde estão enterrados seus pais e parentes.

A história Tapirapé também esta inscrita no solo do Urubu Branco. Os locais de ataques Kaiapó estão assinalados no terreno: próximo à atual aldeia de Tapi'itawa os Tapirapé assinalam o local onde foram mortos, a golpes de borduna, a mulher Tamanaxoa e o rapaz Xiwié. As aldeias de Xexotawa e Moo'ytawa, também atacadas por grupos Kaiapó, fazem parte desse roteiro de acontecimentos infaustos, testemunhas da luta pela sobrevivência de um povo pacífico em meio a vizinhos belicosos.

A própria aldeia Tapi'itawa, queimada e destruída pelos atacantes, e novamente reconstruída pelos Tapirapé assinala o desejo de não afastarem-se de sua região de origem. A disposição das casas da aldeia atacada permaneceu congelada na memória Tapirapé: ao norte estava a casa do grupo doméstico comandado por Watanamy, a direita no círculo a casa de Mareapii Madalena, seguia-se-lhe a casa de Paxeapara Antonio Pereira (pai da esposa do atual cacique de Tapi'itawa, Xywaeri), depois a casa de Xako'iapari, depois a de Toto'i (estes dois ainda vivos), depois a de Anowaxewi, depois a de Paxeparaga Julião (vivo), depois a de Kamanare e, fechando o círculo e encostando na de Watanamy, a casa de Atoa'i. Para contarem a história do grupo aos jovens de hoje os Tapirapé dirigem-se ao local e utilizam-no como "marcação" de sua tradição oral. Várias décadas depois do ataque a aldeia de Tapi'itawa ainda é uma testemunha viva da história desse grupo indígena.

O local e as tradições ligadas a essas aldeias permance como referencial da história Tapirapé. Em um bonito trabalho feito na Escola Tapirapé, e intitulado *Xanetaawa parageta* (História de nossas aldeias), os jovens Tapirapé recolheram histórias das aldeias de suas famílias. Foram abordadas as aldeias de Ipirakwaritawa, Tokanookwatawa, Takarookywetawa, Maakotawa, I'axoratawa, Xexotawa e Moo'ytawa. Nada disso é passado para os Tapirapé. São lembranças vivas, que emocionam, fazem rir e chorar e refletir sobre sua história. Desgraçadamente, dado o ritmo da ocupação da região, apenas uma pequena parcela dessas aldeias foi abrangida pela presente proposta da A.I. Urubu Branco.

Não só as aldeias onde foram atacados pelos Kaiapó, ou viram um branco nú pela primeira vez (o que os impressionou o suficiente para nominarem uma aldeia, no caso I'axoratawa), mas o local onde entabulavam trocas comerciais com os Karajá e onde guerrearam com esse povo no início do século, também marcam a história Tapirapé no terreno do Urubu Branco. Próximo ao local denominado Tyha, ou Porto São Domingos

pelos regionais, os Tapirapé assinalam em meio aos campos o local onde em 1905 teriam sido abatidos onze guerreiros Karajá que, com a desculpa de negociarem arcos e panelas, tentaram raptar e efetivamente raptaram moças e meninos Tapirapé. O local do "cemitério Karajá", próximo ao lago Wiriao, também foi registrado por Wagley (1988, 53). Acima, isto é a montante no rio Tapirapé, no local denominado Ipiwaixoro, ou regionalmente Santa Luzia, também houve luta e morte de guerreiros Karajá que deixaram suas canoas no local. O conflito, segundo Cantídio Taywi, teria ocorrido em data próxima ao anterior, ou seja nas primeiras décadas desse século.

Caminhando no tempo, passamos do período onde os Tapirapé ainda não tinham contato com os "brancos", representado pelo isolamento e ataques Kaiapó, para o período onde passaram a ter um "contato indireto", através dos Karajá que atuavam como repassadores de objetos, informações e doenças originários da sociedade nacional. Foram os Karajá também que trouxeram os brancos ao território Tapirapé e à aldeia de Tapi'itawa. Posteriormente os Tapirapé passaram a ser diretamente atingidos por representantes da sociedade envolvente: primeiro foram prospectores de látex em 1911 que visitaram Tapi'itawa; depois, em 1912, uma expedição do Serviço de Proteção aos Índios que visitou a mesma aldeia; a partir de 1914, Tapi'itawa passa a ser regularmente visitada por missionários Dominicanos vindos de Conceição do Araguaia. Seguindo o trajeto Karajá os missionários atingiam o território Tapirapé a partir do Porto S. Domingos, ou Tyha ou Porto Velho. Depois dos Dominicanos as visitas tornaram-se rotina, principalmente após a década de 30: eram visitantes estrangeiros, missionários protestantes, antropólogos como Herbert Baldus e Charles Wagley etc.

Uma relação detalhada desses contatos e dos locais onde se davam pode ser encontrada em Baldus (1970, 47-53) e em Wagley (1988, 55-60).

Todas essas etapas do contato acham-se inscritas no terreno: a "fase Kaiapó" através das aldeias abandonadas e de seus mortos enterrados; a "fase Karajá" através da aldeia de Maakotawa (onde teria vivido um Karajá de nome Mako que teve importante papel no contato dos dois grupos), dos campos onde comerciavam, guerreavam e onde foram enterrados os mortos Karajá e do local denominado Tyha (Porto S. Domingos) onde se encontravam; a "fase Dominicana", que abriu a tribo para a sociedade brasileira, com o Porto S. Domingos onde os missionários construíram um barracão que lhes servia de abrigo e a partir do qual atingiam a tribo. Todos esses locais, com exceção de algumas aldeias atacadas por Kaiapó, encontram-se incluídas, não por acaso, na presente proposta de identificação de área.

A A.I. Urubu Branco, densa de referenciais históricos, é a própria história Tapirapé inscrita na terra.

3.6.2. A religião Tapirapé e a A.I. Urubu Branco

As idéias de concepção e de produção social de novos membros da sociedade Tapirapé estão intimamente ligadas ao espaço em que vivem.

A segurança física e emocional dos Tapirapé depende do poder de seus xamãs (Wagley 1988, 189). Segundo os Tapirapé para que uma mulher tenha uma criança é necessário que o xamã, o *paxe*, entregue a alma da criança à mãe. Isso porque, no mundo sobrenatural dos espíritos *anchunga*, existe um número finito de almas. O espírito, ou alma, da criança entra na mulher, invocado pelo *paxe* (Wagley 1988, 141). Dessa forma, a esterilidade ou a fertilidade das mulheres são explicadas pela intervenção de seus *paxe*.

E onde os *paxe* buscam as almas das crianças? Segundo os Tapirapé a principal "reserva" de almas de crianças, fundamental para a continuidade do grupo, localiza-se precisamente na serra do Urubu Branco. Mais especificamente num grande paredão de pedra, que na estação das chuvas dá origem a uma majestosa queda d'água, e que se chama *Yrywo'ywawa*, "local onde o urubu branco (ou urubu-rei) bebe água", e que deu origem ao nome regional da serra, por ser o *habitat* dessa espécie de pássaro. Esse local, considerado como sagrado pelos Tapirapé, é a morada de Tarepiri, um personagem mitológico, que só aparece para os *paxe* que os procuram. Tarepiri é considerado como o guardião de *Yrywo'ywawa* e de *Towajaawa*, ou serra de S. João, outro local sagrado, também citado como morada do urubu branco. Tarepiri é considerado o "pai das crianças do lugar onde o urubu branco bebe", *Yrywo'ywawa hakawa*. Defende a integridade do local ante a presença de estranhos, franqueando seu acesso aos *paxe*.

Para garantir a continuidade dos nascimentos no grupo os *paxe* precisam dirigir-se, em suas viagens de sonho, até *Yrywo'ywawa* e capturar as almas das crianças para introduzi-las no ventre das mulheres. Outro importante guardião de *Yrywo'ywawa* e de *Towajaawa* é *Karowara*, o trovão, que também detém um grande número de almas de crianças.

A pequena serra de *Towajaawa*, regionalmente conhecida como S. João, é também a morada de muitos seres sobrenaturais, importantes personagens da cosmologia Tapirapé. Dentre eles destacam-se o *Kuwaxio* e o *Kokyo*, descritos como coletivos de seres poderosos e com os quais os *paxe* entram em contato ou enfrentam para obterem conhecimentos e recursos mágicos.

O local da cachoeira *Yrywo'ywawa* encontra-se a aproximadamente oito quilômetros da aldeia de Tapi'itawa e foi incluída, assim com *Towajaawa*, na presente proposta de identificação de área conforme compreensível desejo dos Tapirapé. Próximo ao local da cachoeira encontra-se também uma grande concentração de taquari que os Tapirapé percorrem regularmente para a obtenção da matéria prima básica necessária à fabricação de flechas.

Além de sua importância nas teorias nativas de concepção, a A.I. Urubu Branco fornece, historicamente, o substrato material indispensável para a realização de seus cerimoniais. Anualmente os Tapirapé dirigem-se à região, organizados em equipes formadas pelas "sociedades de pássaros", *wyra*, e guiados por seus *paxe* para a realização de caçadas rituais que abrem seus ciclos cerimoniais.

Seus ciclos cerimoniais anuais iniciam-se com o *Xepaanogawa* (final de setembro, início de outubro), segue-se a construção da *takara* (dezembro), depois o *Ka'o*, depois o *Marakayja* (final de fevereiro, início de março) e termina com o ritual *Tawa* (final de junho).

No *Marakayja*, maior e mais extenso ritual Tapirapé, se dá o ponto culminante dos seus ciclos cerimoniais: a iniciação dos meninos e sua passagem à categoria de homens. Para a realização do cerimonial os Tapirapé dirigem-se à região do Urubu Branco e, guiados por seus *paxe*, que segundo eles controlam a caça, permanecem na região o tempo suficiente para a obtenção do alimento que será consumido do *Marakayja*. As "equipes" formadas pelas metades dos *wyra* perseguem particularmente os bandos de porcos queixadas, considerados por eles como excelentes alimentos, competindo para ver qual das metades obterá maior quantidade de caça. Os *paxe*, em seus sonhos dirigem-se à "casa dos queixadas", localizada precisamente na serra "*Towaiyawá*" (na grafia de Wagley) ou *Towajaawa* (na grafia dos atuais Tapirapé) onde mantém relações sexuais com as queixadas fêmeas provocando aumento dos bandos (Wagley 1988, 189). A realização do ritual *Marakayja* é adiado até que se obtenha a quantidade de carne necessária. A serra de *Towajaawa*, naturalmente, foi incluída na presente proposta da A.I. Urubu Branco.

Sem a utilização do território do Urubu Branco os Tapirapé não poderiam realizar o *Marakayja*. Sem o *Marakayja* não haveria a "produção" anual de jovens adultos, necessários para a economia e continuidade física da sociedade Tapirapé. A importância do cerimonial é tamanha que as caçadas rituais, promovidas anualmente devido ao aumento de população, são tidas pelos Tapirapé como a evidência mais concreta da utilização do território do Urubu Branco, apesar da ocupação de algumas de suas partes por grandes fazendas. Para a realização dessas caçadas os Tapirapé sobem o rio que leva o nome da tribo até as proximidades de Tyha, local

anteriormente mencionado (ver 3.6.1.), onde ocultam suas canoas nas proximidades dos lagos, e dirigem-se a pé para as áreas onde, secularmente, são percorridas por bandos de porcos queixadas.

Procuramos aqui mostrar resumidamente, fazendo uma seleção dos aspectos mais importantes, como a religião Tapirapé se apóia num espaço físico bem determinado. Sem esse espaço, a visão de mundo e a própria possibilidade de reprodução simbólica do grupo, se veriam fortemente ameaçados.

Por seu papel na cosmologia Tapirapé e nas suas teorias de concepção e produção de novos seres sociais pode-se dizer que a área do Urubu Branco é o eixo físico central do sistema religioso Tapirapé. Baseada em um terreno concreto, a religião Tapirapé depende dele para sua reprodução enquanto sistema de idéias, que organiza e valora o mundo em que vivem. A A.I. Urubu Branco abriga as forças religiosas benfeitoras e guardiãs da continuidade do grupo. Esse respeito, baseado no reconhecimento e no amor, que devotam à região, permite que classifiquemos a área como sagrada para o grupo. Aos olhos dos Tapirapé, finalmente, não se trata de uma luta por terra unicamente. Trata-se de defender a base de sua religiosidade e de sua identidade étnica.

3.7. Condições atuais do meio ambiente e fatores de equilíbrio e preservação

O território da A.I. Urubu Branco pode ser resumidamente descrito da seguinte maneira: ao norte da área, temos serras e áreas de mata alta; ao sul temos campos cerrados marginais ao Araguaia e sazonalmente submergidos durante a estação das chuvas.

Assim como toda a região da bacia do Araguaia, o território da A.I. Urubu Branco representa uma vegetação de transição do cerrado para o a floresta amazonica. Como característica comum das áreas de transição, esta também é uma área rica em espécies de flora e fauna. Ao contrário do relevo característico da região do Araguaia, no entanto, na região da A.I. Urubu Branco existem serras, representativas da parte oriental da serra do Roncador, que se combinam com os terrenos planos.

Os principais tipos de ecossistemas existentes na A.I. Urubu Branco são os seguintes: na sua parte norte, em terra firme, não inundável, temos mata alta seca, cerradão e cerrado. Na sua parte sul, em áreas anualmente inundadas temos campo, cerrado, mata inundada e matas ciliares inundadas. Correndo do norte para o sul, temos diversas nascentes na serra do Urubu Branco que correm para o rio Tapirapé. São córregos, riachos e rios de pequeno porte. Durante a estação seca

aparecem inúmeros lagos, impucas e desaguadouros extremamente piscosos.

O estado geral do meio ambiente é bom, apesar do constante pisoteio a que é submetida sua parte sul, utilizada pela criação pecuária e pela contaminação de espécies nativas, como os cervos, por doenças comuns ao rebanho bovino.

A parte imediatamente ao sul da serra do Urubu Branco, onde se localiza a secular aldeia de Tapi'itawa, foi total e propositadamente descaracterizada pelos atuais ocupantes, fazenda Agroselva, do grupo paulista Lucrian. A nação brasileira e o patrimônio histórico nacional assistiram à descaracterização de um sítio de valor inestimável graças à má-fé e/ou desconhecimento de valores básicos de preservação de um dos pontos mais importantes para a carente e pouco estudada história regional do Estado do Mato Grosso. Ao invés de um Parque Nacional ou de uma Área Indígena, áreas de mata alta foram destruídas e em seu lugar foi plantado pasto para gado e construído um "retiro". No local da antiga aldeia de Tapi'itawa, local de habitações e sepultamento de gerações e gerações de Tapirapé, foram passados tratores e o terreno modificado em suas características essenciais. Apesar de tudo os Tapirapé retornaram ao local e é de se prever que, em algumas décadas, ele terá recuperado parte de suas características originais.

Ao sul da área, em alguns trechos do campo, o pasto nativo, utilizado pelas espécies locais, foi substituído por espécies importadas.

Apesar dessas intervenções que desrespeitaram as características da vegetação e ocupação originais, a intervenção recente dos atuais ocupantes não foi suficiente, até o momento, para descaracterizar o meio ambiente em termos gerais. Este apresenta-se, grosso modo, preservado em suas características originais. Os Tapirapé, ao identificarem a área que lhes seria proveitosa, evitaram ao máximo a inclusão de áreas modificadas pela ocupação recente, que não lhes seria de nenhuma utilidade.

Antes de vermos um pouco mais detalhadamente o aproveitamento do território da A.I. Urubu Branco, conforme os usos e costumes dos Tapirapé, vale a pena fazermos algumas observações sobre o caráter desse aproveitamento, buscando relacioná-lo com a preservação do meio ambiente.

Sendo uma cultura altamente especializada na exploração do ambiente de matas e cerrados do Brasil central os Tapirapé conseguem, através de suas atividades econômicas tradicionais, maximizar o aproveitamento do ambiente com um mínimo de interferência no mesmo. Enquanto os atuais ocupantes do sul da área do Urubu Branco

exploraram-no através da pecuária extensiva beneficiando, além de seus proprietários, a apenas algumas poucas famílias de retireiros com um alto custo ambiental, os Tapirapé tem um modelo de ocupação bastante diferenciado.

Com efeito, o aproveitamento intensivo e não predatório do cerrado e de suas espécies, permitirá a subsistência de uma população muito mais numerosa e com uma taxa de crescimento também muito maior que a média regional. A agricultura itinerante e em sistema de rodízio tradicionalmente promovida pelo grupo permitirá um intenso aproveitamento da área, paralelamente ao "descanso" da terra e recomposição da cobertura vegetal original. Deve-se ressaltar, mais uma vez, o caráter preservacionista desse tipo de aproveitamento do ecossistema, que o preserva ao mesmo tempo que o aproveita ao máximo.

4.1. A área tradicional dos Tapirapé: a definição da A.I. Urubu Branco sob o ponto de vista econômico e cultural. Perdas territoriais Tapirapé

Os Tapirapé vivem tradicionalmente numa região de floresta tropical, com flora e fauna tipicamente amazônicas, entremeadas de campos limpos e cerrados. Fundamentalmente agricultores, suas aldeias tradicionalmente se localizam na proximidade de densas florestas em terrenos altos não inundáveis, onde mantém suas roças. Tapi'itawa, a aldeia mais conhecida do grupo, reproduz as condições ideais para a localização de uma aldeia: terreno não inundável, próxima a florestas altas para agricultura, próxima a campos abertos marginais aos afluentes do Araguaia e próxima a um córrego de existência perene mesmo durante a estação seca. Os Tapirapé exploram alternadamente esse ambiente, segundo a época do ano e atividade a que se dedicam: agricultura, caça, coleta e pesca.

A aldeia onde os Tapirapé encontram-se refugiados, Tawyao na A.I. Tapirapé/ Karajá, nesse sentido, é perfeitamente atípica em sua localização: próxima ao rio Tapirapé, assentada em terreno baixo e inundável, longe de qualquer córrego que possa abastecê-la de água potável (o que forçou a Missão a abrir um poço no centro da aldeia), longe das roças e de terrenos de caça e coleta.

Os Tapirapé, vale a pena enfatizar, não estão apenas reivindicando a oficialização da posse do território que ocupam desde antes da fixação de quaisquer assentamentos de neo-brasileiros a partir do início desse século. Eles lutam para garantir o substrato físico que lhes garanta o direito de continuarem a serem, antes de tudo, Tapirapé.

A área do Urubu Branco, conforme identificada pelos Tapirapé através da proposta veiculada pelo presente relatório, representa apenas parcela do território ininterruptamente utilizado pelo grupo desde o século passado. Não obstante, os Tapirapé consideram-na suficiente para a reprodução e manutenção de sua população por uma série de fatores.

A A.I. Urubu Branco é como uma miniatura, altamente representativa, do território tradicional do grupo. Nesse território, calculam acertadamente os Tapirapé, poderão desenvolver as atividades econômicas atualmente subdesenvolvidas na A.I. Tapirapé/ Karajá e cuja atrofia ameaça não só o sustento econômico do grupo como a própria manutenção de sua identidade e cultura peculiares.

Dado o crescimento de sua população pode-se prever com segurança que os Tapirapé em dez ou quinze anos terão a população que tinham no início do século. Para o sustento dessa população, no entanto, contarão com um território que

representa aproximadamente cinco ou dez por cento da área que ocupavam no início do século.

Na definição dessa área os Tapirapé abriram mão de importantes parcelas de seu território, que reconhecem, embora com tristeza, irreversivelmente ocupado pelos "brancos", como a parte ao norte da serra do Urubu Branco, no município de Vila Rica e as áreas a leste e a oeste da atual A. I. Urubu Branco. Ao norte os Tapirapé deixaram de fora da A.I. Urubu Branco os territórios das aldeias de Xexotawa, Moo'ytawa, Xaapekwawa e Makotawa. A oeste deixaram de fora o território das aldeias de I'axoratawa, Taroko'atawa, Xoatawa, Xakyrywatawa e Xeke'atawa. Além do local dessas aldeias, onde nasceram e viveram boa parte dos Tapirapé, deixaram de fora da área proposta importantes áreas de caça, coleta e agricultura que tradicionalmente exploravam. Segundo os Tapirapé, eles cederam o que puderam ceder, buscando uma acomodação territorial com os chegantes. Os limites da A.I. Urubu Branco representam por essas razões, a "última fronteira" possível.

Em resumo a A.I. Urubu Branco inclui, na sua parte norte, nos contrafortes da serra do Urubu Branco, uma boa área de matas altas não alagáveis, propícias à atividade agrícola e à caça. Também a serra de S. João, na sua parte centro-sul, presta-se aos mesmo fins. Ao sul da serra do Urubu Branco e ao redor da serra de S. João uma área de campos cerrados abertos entremeados de lagos e córregos garantiria-lhes o exercício intensivo da coleta e pesca.

O limite norte da área é definido por essa área da serra do Urubu Branco. Ao sul o limite da área é o rio Tapirapé. A oeste os Tapirapé tem como limitantes as plantações de cana da usina Gameleira e uma série de fazendas de criação de gado; a leste um outro grupo de fazendas. Nenhum limitante de ordem natural estabeleceu os limites a leste e a oeste da proposta A.I. Urubu Branco. Ao contrário, os Tapirapé exploram diversas porções desse território a leste e a oeste da A.I. Urubu Branco. No interesse de estabelecer uma área de usufruto exclusiva para o grupo e terem um documento legal que iniba conflitos com os "brancos" no futuro os Tapirapé estão dispostos a limitarem a utilização de seu território tradicional, cedendo a maior parte dele aos neo-ocupantes da área.

Nas suas excursões periódicas à região do Urubu Branco os Tapirapé exploravam áreas de caça no interior da presente proposta de Área Indígena, principalmente os pontos assinalados no mapa sob os números 23, 20, 28, 26, 19, 17 e para coleta principalmente as áreas próximas ao local denominado Ywywo'ywawa, "local onde o urubu branco bebe água", que terminou por emprestar seu nome à serra (Urubu Branco). Atualmente suas roças atingem as proximidades da aldeia de Tapi'itawa e a leste desta última, próximas à

estrada de rodagem que vai da BR- 158 à cidade de Santa Teresinha.

Relacionando-se este território ao aproveitamento sazonal que deles fazem os Tapirapé pode-se dizer que o norte da A.I. Urubu Branco, região de serras é aproveitável pela caça e pela agricultura, ou seja é a economia da época de chuvas, de outubro a março; o sul, região de campos e lagos, é aproveitável pela pesca e coleta na época de estio, de março a setembro, aproximadamente. Em síntese: ao norte a economia do período do "inverno" amazônico; ao sul a economia do "verão".

4.1.1. Pesca

Os principais pontos de pesca destacados pelos Tapirapé na região sul do Urubu Branco são os seguintes:

- lagos e córregos marginais e tributários (como o da Onça) ao córrego Tucunaré, afluente do rio Tapirapé.
- lago Wiriao, regionalmente conhecido como lago do Siriaco.
- lago do córrego Aawa.
- lago Xapi'ikeawa
- córrego Ipikwara (tributário do córreg. da Onça)
- córrego Ykaxymawoo
- córrego Kanine'ywa
- córrego Ipirakwari
- córrego Ipirapykawa
- lagos, impucas e desaguadouros de existência sazonal e marginais ao rio Tapirapé

Muitos desses locais são de utilização bastante antiga, sendo sua utilização registrada desde 1939 por Charles Wagley. Merece menção especial o conjunto de lagos próximos ao córrego Tucunaré (Wagley 1988, 73).

4.1.2. Coleta

As principais áreas de coleta localizam-se, como já foi dito, ao sul da A.I. Urubu Branco, em áreas que, durante a estação das chuvas se convertem em varjão e que durante o verão apresentam-se como campos cerrados abertos. Essa área é denominada Inataowaxu ("campo de babaçu") pelos Tapirapé. Esse grupo indígena, como já foi dito dedica-se à coleta em combinação com a pesca. Essa parte sul da A.I. Urubu Branco permite o exercício combinado das duas atividades, conforme praticado pelo grupo desde a década de 30, muito antes da chegada dos que se pretendem proprietários dessa região. Os campos cerrados e limpos são explorados enquanto uma outra parte do grupo dedica-se à pesca nos locais já mencionados acima. É por permitir que todo o grupo viva dos recursos da coleta e da pesca durante a estação seca que os

Tapirapé fizeram e fazem um uso contínuo do território e reivindicam sua inclusão numa futura A.I. Urubu Branco.

4.1.3. Agricultura

Áreas de mata preferencialmente planas e próximas ao sul dos contrafortes da serra do Urubu Branco, denominada *Yrywo'ywawa*, e ao redor da serra de S. João, denominada *Towajaawa* pelos Tapirapé. As áreas próximas à aldeia Tapi'itawa já se encontram sendo exploradas pelos Tapirapé, sendo que uma boa colheita de milho e arroz é esperada para janeiro e fevereiro de 1994.

4.1.4. Caça

Praticamente toda a área identificada é excepcionalmente rica em termos de caça. Campos e matas oferecem espécies úteis para alimentação e obtenção de matéria prima para elaboração de artesanato, especialmente araras e diversas espécies de psitacídeos, utilizados para a confecção de plumárias. As serras do Urubu Branco e de S. João apresentam-se como áreas de concentração de espécies visadas para caça e artesanato. Matas galerias ao longo dos lagos e córregos marginais e afluentes do rio Tapirapé mencionados no item "Pesca" são percorridos e aproveitadas por este grupo indígena para este fim. Capões de mata, em meio aos campos cerrados, também são valorizados pelos Tapirapé como áreas de caça.

4.2.1. Participação dos Tapirapé no processo de eleição dos limites propostos e sobre as condições em que foram feitas os trabalhos de identificação de área

Os trabalhos do Grupo Técnico da Funai foram realizados entre os dias 25 de novembro e 18 de dezembro de 1993. Quando o coordenador do GT chegou na aldeia Tapirapé Tawyao, no dia 25.11.93, parte do grupo já se encontrava instalado em Tapi'itawa, na região do Urubu Branco, há cinco dias, uma vez que se dirigiram ao local no dia 20.11.93, por sua própria iniciativa. Esse deslocamento explica-se, em grande parte, pela demora do órgão tutor em responder aos apelos do grupo pela regularização da situação da área do Urubu Branco. Deve-se lembrar que há anos o grupo solicitava, continuamente, providências por parte da Funai e que, embora a decisão de enviar um GT à área tivesse sido tomada em julho de 1993, a portaria presidencial foi assinada somente em outubro e a liberação dos recursos para o envio do GT foi feita somente um mês depois, em novembro. Temendo a repetição das seguidas protelações por parte da Funai e o descontrole das ocupações na área do Urubu Branco algumas famílias Tapirapé decidiram, por conta própria, instalar-se na área e esperar, ali, o desenrolar dos acontecimentos.

Os trabalhos do GT, resumidamente, seguiram os seguintes passos: de 25 de novembro a 01 de dezembro foram feitas, na

aldeia Tawyao diversas reuniões noturnas, no pátio masculino em frente à *takara*, onde foram exaustivamente discutidas questões relativas às funções do GT, pormenores técnicos dos trabalhos de identificação de área e onde o grupo discutiu à exaustão os limites e dificuldades que enfrentariam em relação aos atuais ocupantes da Área Indígena na região do Urubu Branco. De 02 a 11 de dezembro o GT deslocou-se à Área do Urubu Branco onde foram reconhecidos, *in loco*, os limites da área identificada e visitados todos os ocupantes da parte sul da área e boa parte dos da parte norte, sempre com a presença de lideranças e membros da comunidade Tapirapé.

A proposta de área expressa no presente relatório foi de autoria dos próprios Tapirapé, conforme reuniões, documentadas e fotografadas, feitas na aldeia Tawyao nos dias 27 de novembro e 11 de dezembro de 1993. De 11 a 18 de dezembro foi feito o levantamento cartorial na cidade de São Félix do Araguaia com o que encerrou-se a fase de campo dos trabalhos do GT.

A presença dos membros do GT nos trabalhos de identificação foi sempre feita no sentido de esclarecer o grupo quanto aos detalhes técnicos dos trabalhos realizados e dificuldades que surgiriam no confronto com os ocupantes não-índios. O dimensionamento da área e a avaliação dos problemas que adviriam nesse confronto foi feita pelos próprios Tapirapé e os membros do GT limitaram-se a prestar-lhes esclarecimentos. A avaliação dos membros do GT é a de que os Tapirapé procuraram sempre definir uma área mínima que fosse absolutamente necessária à sua sobrevivência, evitando, ao máximo, incluir terras que não fossem absolutamente essenciais de forma evitar prejuízos aos demais ocupantes da área. Os próprios Tapirapé, por conta própria, procuraram sempre respeitar as propriedades e pessoas dos ocupantes não-índios. Para sua instalação na área da aldeia Tapi'itawa retiraram, de forma totalmente pacífica e sem o uso de violência, o ocupante de um retiro de propriedade da fazenda Agroselva do grupo Lucrian. Alegam, aos que os acusam de invadir propriedade particular, que quem desrespeitou a propriedade particular foram os proprietários da referida fazenda, ao se instalar no local e descaracterizar o local de cemitérios e casas onde, como é de conhecimento público, existiu uma das mais antigas e tradicionais aldeias do grupo.

Os Tapirapé, pela própria índole pacífica e não-confrontacionista do grupo, procuraram se entender ao máximo com seus vizinhos e mesmo com fazendas, empresas e demais ocupantes da A.I. Urubu Branco. Procuraram evitar o conflito através de reuniões, explicações e não se furtando jamais a prestarem esclarecimentos mesmo quando fisicamente ameaçados pelos ocupantes da área.

Os Tapirapé, finalmente, sempre acompanharam os membros do GT da FUNAI em todas as fases de seus trabalhos de campos. Os membros do GT ficaram altamente impressionados com sua segurança na definição da área, com seu grande conhecimento físico da região que pleiteavam, seja através de uma toponímia segura, seja através da identificação do território sob o ponto de vista histórico e religioso. A presença dos Tapirapé, finalmente, foi condição *sine qua non* dos trabalhos realizados. Eram sempre eles a nos guiarem na mata ou nos campos. Participaram de todas as visitas realizadas às fazendas e propriedades atingidas. Eram sempre os Tapirapé que, incansáveis nos procuravam, de dia ou em altas horas da noite, a nos lembrarem detalhes, histórias ou quaisquer pormenores que julgassem importantes para a definição da área. Esse profundo conhecimento do local levou os membros do GT, e em particular ao seu coordenador, à certeza que os Tapirapé são os verdadeiros "senhores" da região, seus mais antigos conhecedores e usuários, detentores de direitos de posse inquestionáveis.

4.2.2. Reuniões com particulares com propriedades atingidas pela A.I. Urubu Branco

No sentido de esclarecer a população Tapirapé, população regional e proprietários particulares dos trabalhos que estavam em curso foram feitas as diversas reuniões. Muitas delas foram convocadas e articuladas pelos próprios Tapirapé, através de suas lideranças. Outras foram feitas em Vila Rica e em S. Paulo a pedido de proprietários de áreas atingidas pela proposta de A.I. Urubu Branco. Os Tapirapé não participaram dessas últimas reuniões, às quais compareceram somente particulares com propriedades atingidas pela A.I. Urubu Branco e membros do GT da FUNAI. Nas reuniões realizadas em S. Paulo e Vila Rica houve grande insistência dos proprietários atingidos para que o total da área fosse "negociado" pelo coordenador ou membros do GT de tal maneira a excluí-los ou reduzir a área indicada pelos Tapirapé. Esses pedidos e pressões, naturalmente, não foram atendidos; os membros do GT esclareceram que se tratavam de reuniões exclusivamente informativas.

São as seguintes as reuniões realizadas pelo GT da FUNAI e pelos Tapirapé, envolvendo "brancos" e índios:

- 27.11.93; local: aldeia Tawyao; Participantes: comunidade Tapirapé e coordenação do GT; temas tratados: definição preliminar dos limites da A.I. Urubu Branco com base em fotografias aéreas.
- 05.12.93; local: Câmara Municipal de Confresa; Participantes: lideranças Tapirapé, membros do GT, prefeito Gaspar Domingos Lazzari e vereadores de Confresa, fazendeiros e ocupantes de propriedades incidentes na A.I.

Urubu Branco; temas: esclarecimentos à população regional dos trabalhos desenvolvidos pelo GT da FUNAI, apresentação dos limites da A.I. Urubu Branco, atendimentos a dúvidas e reivindicações da população "branca" local.

- 05.12.93; local: sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa; Participantes: diretoria e participantes do referido Sindicato Rural e trabalhadores rurais da região, lideranças Tapirapé, membros do GT; Temas tratados: esclarecimentos dos limites da A.I. Urubu Branco e dos encaminhamentos tomados pela FUNAI, prestação, por parte dos trabalhadores rurais, de depoimentos sobre a história da ocupação da região e das reivindicações de terras por parte dos trabalhadores rurais, comprometimento dos trabalhadores rurais de respeitarem os limites da Área Indígenas.

- 08.12.93; local: Vila Rica; Participantes: membros do GT, proprietários de terras incidentes na parte norte da A.I. Urubu Branco; temas: exposição dos limites, apresentação de reivindicações de proprietários atingidos pela A.I. Urubu Branco e exposição dos limites e dos encaminhamentos da FUNAI relativos à A.I. Urubu Branco.

- 11.12.93; local: aldeia Tawyao; Participantes: comunidade Tapirapé e coordenação do GT; temas: Estabelecimento definitivos dos limites da A.I. Urubu Branco com base no reconhecimento *in loco*.

- 17.12.93; local: sede da empresa Fertilizantes IAP e do Grupo Porto Velho (em S. Paulo); Participantes: coordenador do GT e proprietários e representantes de fazendas incidentes na A.I. Urubu Branco (José Carlos Pires Carneiro- representante do Grupo Frenova, José Augusto Leite de Medeiros- Representante da Lucrian e Destilaria Gameleira, Antonio Luiz Moraes- advogado Sapeva/ Codebra- representante do Grupo Pires do Rio, Manuel Galante- representante do Grupo Porto Velho, Amilcar Rodrigues Gameiro- agente de venda de terras da fazenda Codeara em Vila Rica, Luiz Guilherme de Bueno- representante da fazenda Campo Verde de Alberto Souza Queiroz); temas: exposição dos limites e dos encaminhamentos da FUNAI relativos à A.I. Urubu Branco, apresentação de reivindicações dos proprietários atingidos.

23.12.93; local: sede da CITEP- Comercial e Importadora Teixeira Posses Ltda. (em S. Paulo); Participantes: coordenador do GT, proprietário das fazendas Sapeva/ Codebra (João Carlos Teixeira Posses) e seu advogado Antonio Luiz Moraes; temas: exposição dos limites e dos encaminhamentos da FUNAI relativos à A.I. Urubu Branco.

Além dessas reuniões de esclarecimentos às quais compareceram membros do GT da Funai foram feitas diversas outras, às quais não esteve presente nem foi comunicado o coordenador do GT da FUNAI.

Apesar de seu interesse ao trabalho aqui apresentado podemos caracterizá-las como reuniões não oficiais onde se encontraram os Tapirapé e proprietários da parte norte da A.I. Urubu Branco. O ex-administrador do Parque Indígena do Araguaia, Reginaldo H. de Amorim esteve em algumas delas na qualidade de administrador do Parque e não como membro do GT, que não foi oficialmente informado de seus resultados. As mais importantes delas ocorreram dias 06.01.94 na Câmara Municipal de Santa Teresinha e 24.02.94 na aldeia Tapirapé de Tawyao. Na reunião realizada em Santa Teresinha, um membro da família Vilela da Silva, fez disparos de revólver em frente à Câmara Municipal, no momento da reunião, tentando criar um clima de intimidação. A Polícia Militar de Santa Teresinha imediatamente deteve o imprudente e confiscou-lhe a arma, posteriormente devolvida ao seu proprietário por Reginaldo H. Amorim.

Nessas reuniões os Tapirapé foram fortemente pressionados por parte dos proprietários da parte norte da A.I. Urubu Branco, especialmente pelo sr. Ronaldo Rezende Jordão. Suas lideranças sofreram ameaças de vida por parte do já citado sr. Jordão e por parte de membros da família Vilela da Silva, também proprietários na parte norte da área. O coordenador do GT da FUNAI, André A. Toral, e o então administrador do Parque Indígena do Araguaia e também membro do GT, Reginaldo H. Amorim, também sofreram ameaças de vida explícitas transmitidas pessoalmente pelo sr. Jordão em telefonema feito a Reginaldo H. Amorim para a sede da administração do PQARA, em 16.02.94. O sr. Jordão, nesse mesmo telefonema, aconselhou Reginaldo H. Amorim a não se dirigir às propriedades da parte norte, como era seu objetivo, com o fim de concluir o levantamento das benfeitorias e propriedades atingidas pela proposta da A.I. Urubu Branco. Caso esse deslocamento fosse efetuado, ainda de acordo com o sr. Jordão, a vida de Reginaldo H. Amorim estaria ameaçada. Dia 24.02.94 o sr. Jordão comunica aos Tapirapé que os trabalhos do GT da FUNAI seriam invalidados pela não conclusão do levantamento de benfeitorias atingidas. Finalmente, era voz corrente em Santa Teresinha que havia uma lista de pessoas marcadas para serem mortas pelos referidos proprietários. Dela faziam parte, além de André A. Toral e Reginaldo H. Amorim, pelo menos duas lideranças Tapirapé: Paulo Ararawytygi, vereador Tapirapé em Santa Teresinha, e José Pio Xywaeri, cacique da aldeia Tapi'itawa.

Como se vê, esses proprietários da parte norte da área incluíram definitivamente o constrangimento, ameaças, chantagens e intimidações como táticas de negociação. Esperam, assim, comprometer os resultados do GT da FUNAI. Seu objetivo é um só: querem, à força, serem excluídos da proposta original da A.I. Urubu Branco. Para tanto, estão disposto a tomarem quaisquer, repito, quaisquer medidas.

Nesse clima desfavorável, ao que tudo indica, foram feitas concessões territoriais por parte de alguns Tapirapé aos ocupantes da parte norte da proposta A.I. Urubu Branco. Não existe consenso, no entanto, entre os Tapirapé, a respeito da modificação da proposta original. A coordenação do GT da FUNAI não entra no mérito de julgar essas concessões territoriais. Limita-se apenas a reportar a proposta de terra original, feita de acordo com o consentimento da totalidade da comunidade Tapirapé, em reuniões documentadas, sem a presença constrangedora de estranhos e em caráter oficial de acordo com a portaria de identificação de área 1013/93 de 11.10.93 nas datas indicadas acima.

Quaisquer alterações à proposta estabelecida no prazo e dentro das atribuições do GT da FUNAI são de inteira responsabilidade da comunidade Tapirapé e necessitam, para serem aceitas como oficiais, da aprovação por parte dos responsáveis pela Divisão de Assuntos Fundiários da FUNAI. Acreditamos, finalmente, que quaisquer modificações a essa proposta original necessitam, para serem ratificadas, de serem feitas em reuniões com a presença de funcionários credenciados da FUNAI, em locais neutros e onde os Tapirapé tenham garantias de vida e não sofram constrangimentos.

4.3. Limites naturais e acidentes geográficos característicos

A A.I. Urubu Branco, conforme descrita no item 3.7., tem dois grandes limitantes naturais: ao norte a serra do Urubu Branco e, ao sul, o rio Tapirapé. A vegetação do norte é a floresta tropical e ao sul, campo limpo e campo cerrado. Em meio aos campos meridionais existe uma pequena serra denominada regionalmente de S. João e de Towajaana pelos Tapirapé. Seus limites leste e oeste, ainda conforme o que foi descrito no item 3.7., são duas linhas secas estabelecidas pelos Tapirapé de maneira a limitar seu território e a não incluir diversas propriedades particulares. Esse território é basicamente o mesmo descrito em Wagley (1988, 71- 76), embora suas proporções tenham sido muito reduzidas pela ocupação da região.

4.4. A A.I. Urubu Branco, considerações finais

Pela que foi exposto acima pode-se afirmar que a A.I. Urubu Branco, conforme identificada e delimitada pelo presente relatório, corresponde à terra tradicionalmente ocupada pelos Tapirapé em caráter permanente e segundo seus usos, costumes e tradições. O território do Urubu Branco, explorado ininterruptamente pelos Tapirapé, é vital não só para sua subsistência física, como para a continuidade de sua cultura e religião. Obedece, portanto, a todos os

requisitos da Constituição Federal para ser reconhecido como terra indígena.

Sua não demarcação se deve às peculiaridades da história do grupo, que foi transferido da mesma por funcionários da agência indigenista governamental no início da década de 50, e às pressões exercidas por parte dos particulares que a titularam em seu nome e tentaram, inutilmente, constranger a utilização da mesma pelos Tapirapé. Apesar de tudo, os Tapirapé continuaram a se utilizar da área, com fins econômicos e religiosos, ininterruptamente. Vale a pena lembrar, nesse sentido, que o relatório de Reestudo e Definição da A.I. Tapirapé/ Karajá de 1983 (portaria FUNAI 841/E de 30.09.80) já alertava para o uso contínuo que dela faziam os Tapirapé e para as consequências negativas que adviriam de sua não demarcação em nome do grupo.

Os particulares que nela encontram-se instalados atualmente se baseiam em títulos emitidos em caráter irregular pelo Estado do Mato Grosso e que desconsiderou a ocupação indígena que já existia na região. Esses particulares tiveram parcelas de suas terras desapropriadas pela União Federal em 1983 que assim julgou improcedentes suas reivindicações sobre o território da A.I. Tapirapé/ Karajá. Essa área de refúgio, onde vive parte da população Tapirapé atualmente, corresponde a apenas uma parcela do território do grupo e não reproduz seu *habitat* tradicional e imprescindível a sua sobrevivência econômica e cultural. A Justiça, através da Exma. sra. Dra. Selena Maria de Almeida da 4a. Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, julgou como improcedente uma Ação Ordinária (no. 91.0004263/I- 1.363/93) de particulares que exigiam indenização por terras desapropriadas pela A.I. Tapirapé/ Karajá. A origem dos títulos, dos fazendeiros atingidos por essa Área Indígena e pela A.I. Urubu Branco, é a mesma. Esses títulos sofrem de vício de origem que corrói toda cadeia dominial posterior. Mais uma vez, na sua derradeira demanda por suas terras tradicionais, os Tapirapé encontram-se às voltas com particulares sobejamente conhecidos e que tentam barrar-lhes o acesso ao seu território.

A presença do grupo na Área Indígena Urubu Branco não é um fato contemporâneo. Sendo uma ocupação secular, encontra-se fartamente documentada na bibliografia especializada, escrita por importantes etnólogos brasileiros e estrangeiros. A continuidade de sua presença na região, por outro lado, constitui-se em fato notório e de conhecimento público na região. Deve-se ressaltar também que na definição do território da A.I. Urubu Branco os Tapirapé abriram mão de importantes parcelas do território que efetivamente ocupam, objetivando uma acomodação com os ocupantes. Os Tapirapé, dada a índole pacífica do grupo, não desejam conflitos ou traumas sociais na delimitação de seu território.

A alegação dos particulares atingidos de que a área teria sido "abandonada" e atualmente reocupada por pressões da FUNAI e da Igreja Católica local não encontra nenhuma comprovação na realidade. Outra alegação, bastante comum, é a de que os Tapirapé querem "cada vez mais terras". Ora, os Tapirapé não especulam com terras e nem querem "cada vez mais terras". O que eles desejam é a garantia legal das terras que ocupam e exploram atualmente, para se evitar choques com a população regional e objetivando uma garantia para o seu presente e futuro.

São Paulo, 12 de março de 1994.

André Amaral de Toral

Coordenador do Grupo Técnico para Identificação e Delimitação da A.I. Urubu Branco (portaria 1013 de 11.10.93 FUNAI/ MJ)

6. Anexos ao Relatório Final (1a. parte)

6.1. Portaria de Constituição do Grupo Técnico

6.2. Bibliografia e demais material consultados

6.2.1. Livros e Relatórios consultados

6.2.2. Caracterização do ambiente de violência rural nos municípios de Porto Alegre do Norte, Confresa, Luciara e São Félix do Araguaia envolvendo particulares com propriedades incidentes na A.I. Urubu Branco. Material consultado:

- Declaração de Lavradores do município de Porto Alegre do Norte
- Nota de Denúncia à opinião pública da equipe de Pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia
- Relatório de Acontecimentos envolvendo posseiros e as fazendas Piraguassu e Frenova elaborado pelo Vigário Geral da Prelazia de São Félix e pela Assessoria Jurídica dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Luciara, São Félix e Riberirão Cascalheira.
- Nota do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Luciara MT.
- Extrato do Muruim- jornal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Félix do Araguaia
- Nota do Bispo de São Félix do Araguaia

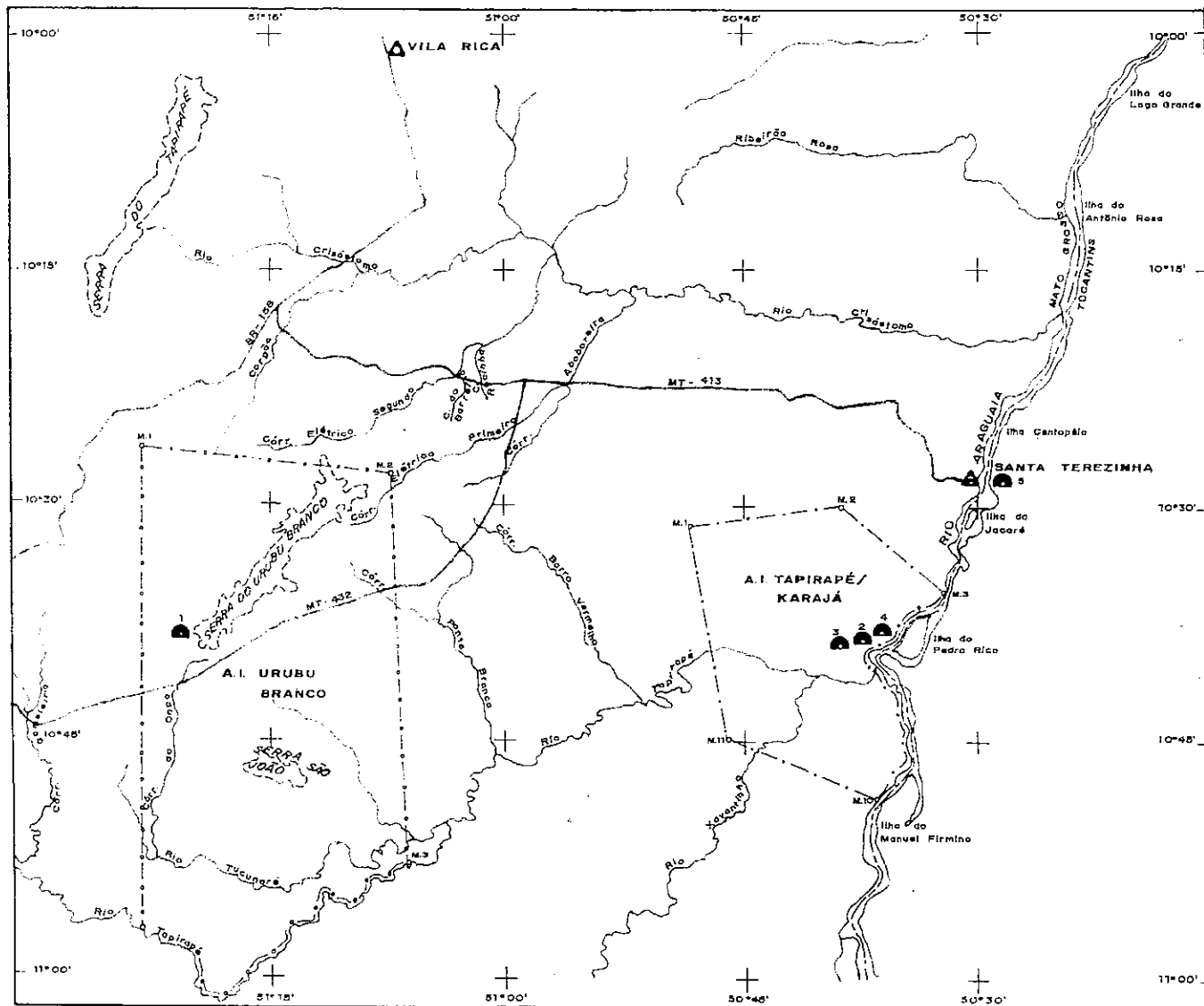
6.2.3. Solicitações de providências em relação à A.I. Urubu Branco encaminhadas pelos Tapirapé

- Carta encaminhada pelos Tapirapé ao presidente da FUNAI em 13.08.91
- Carta encaminhada ao Exmo sr. Ministro da Justiça em 30.12.93
- Carta encaminhada ao Exmo. Sr. Procurador Geral da República em 13.08.91

6.3. Mapa de Identificação

6.4. Memorial descritivo da área eleita

6.5. Fotos

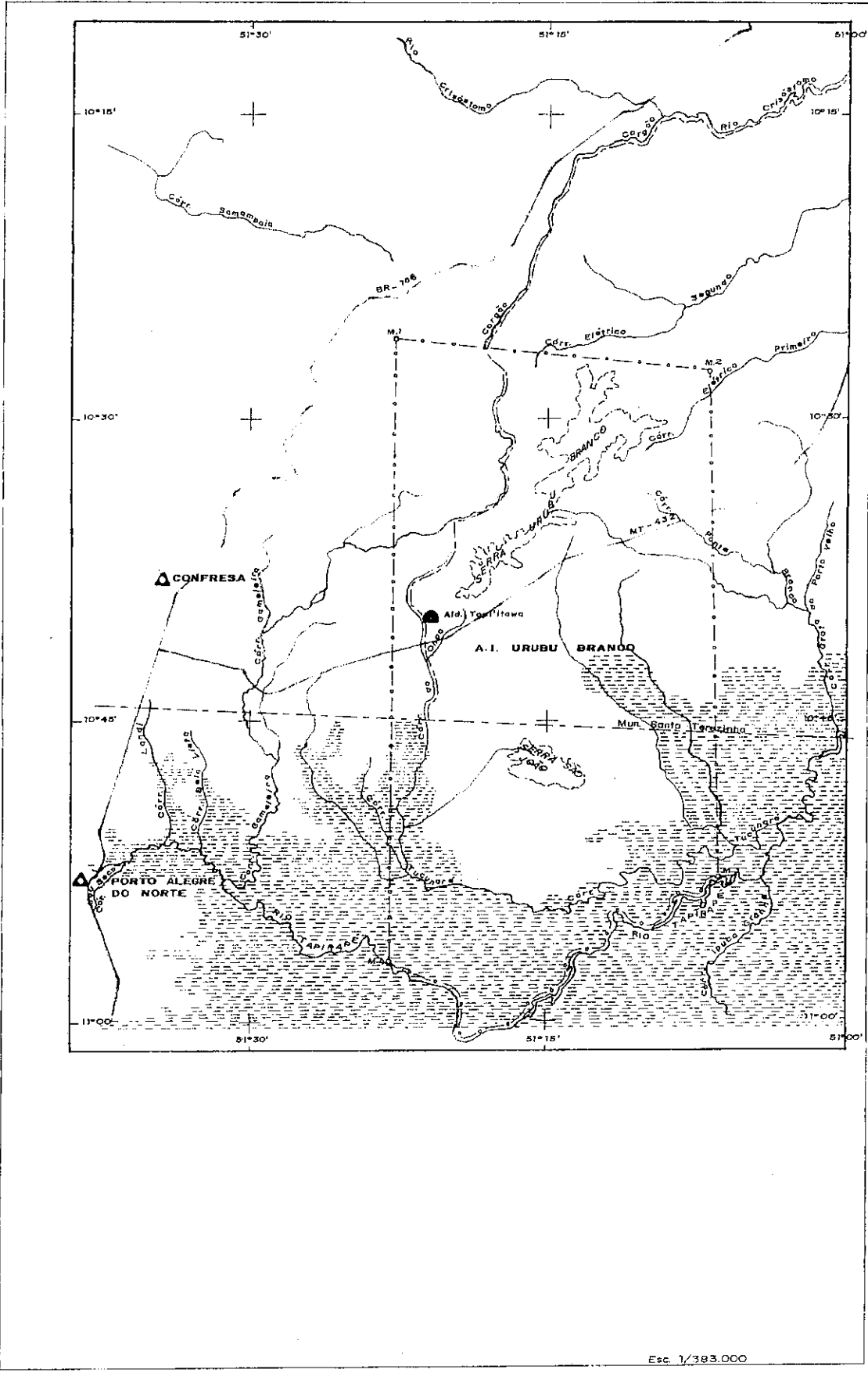


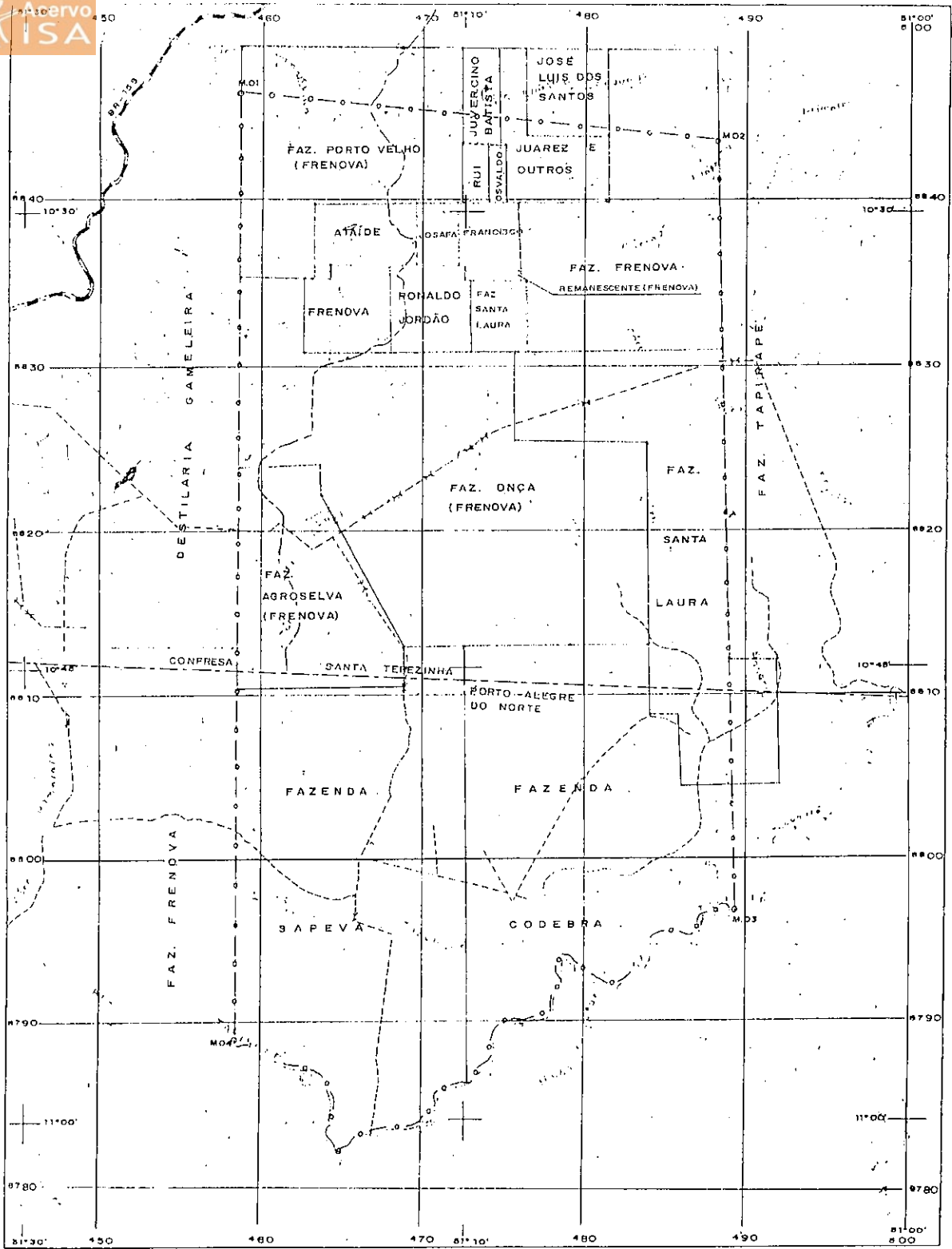
ALDEIAS TAPIRAPÉ

- 1 - Tapir'awa
- 2 - Tawyo

ALDEIAS KARAJÁ

- 3 - Tyfema
- 4 - Itxala
- 5 - Macaúba





- SINAIS CONVENCIONAIS
- ÁREA INDÍGENA DELIMITADA
 - ALDEIA INDÍGENA
 - CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
 - - - - - ESTRADA
 - RODOVIA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI
 Divisão Fundiária - DFU

DENOMINAÇÃO	PLANTA DE:	
ÁREA INDÍGENA URUBU BRANCO	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	
MUNICÍPIO:	ÁREA	PERÍMETRO
SANTA TEREZINHA, CONFRESA E PORTO ALEGRE DO NORTE	157 000 Ha	178 Km
UF:	ESCALA	DATA
MATO GROSSO	1/250 000	DEZ/93
	PROCESSO Nº	BASE CARTOGRÁFICA

DESCRIÇÃO DO PERIMETRO

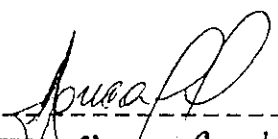
NORTE : Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}26'24''$ S e $51^{\circ}22'45''$ Wgr localizado nos limites das terras da destilaria *GAMELEIRA*, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de $95^{\circ}26'25''$ e 29.500,00 metros, até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}27'56''$ S e $51^{\circ}06'38''$ Wgr;

LESTE: do ponto 02, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de $178^{\circ}23'30''$ e 46.300,00 metros, divisando com quem de direito e *FAZENDA TAPIRAPÉ*, até o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}53'04''$ S e $51^{\circ}05'56''$ Wgr, localizado na margem esquerda do *rio Tapirapé*;

SUL: do ponto 03, segue pelo *rio Tapirapé*, a montante, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas de $10^{\circ}57'14''$ S e $51^{\circ}25'57''$ Wgr, localizado na margem esquerda do *rio Tapirapé*;

OESTE: do ponto 04, localizado na margem esquerda do *rio Tapirapé*, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de $00^{\circ}18'09''$ e 56.800,00 metros, divisando com terras do grupo *FRENOVA* e destilaria *GAMELEIRA*, até o ponto 01, início deste descritivo.

Cuiabá, 20 de Janeiro de 1994



Valério Vilasboas
Téc Agrim: GREA-99/TD/GO
Vila N° 889/MT

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO - DEM

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

DENOMINAÇÃO
ÁREA INDÍGENA URUBU BRANCO

ALDEIAS INTEGRANTES

GRUPOS INDÍGENAS
TAPIRAPÉ

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIOS: SANTA TEREZINHA, CONFRESA, PORTO ALEGRE DO NORTE

ESTADO: MATO GROSSO

UNIDADE REGIONAL DA FUNAI: ADR ARAGUAIÁ

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	-10°26'24" S	51°22'45" Wgr
LESTE	-10°53'04" S	51°05'56" Wgr
SUL	-11°00'59" S	51°19'13" Wgr
OESTE	-10°57'14" S	51°22'57" Wgr

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ORGÃO
MIR 302-322	1:250.000	FIBGE
ÁREA:	157.000 HA (CENTO E CINQUENTA E SETE MIL HECTARES APROXIMADAMENTE)	
PERIMETRO:	178 KM APROXIMADAMENTE	

Handwritten mark